

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA**

KARLA DE SOUZA BABINSKI

**REPRESENTAÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM GUSTAVO
BARROSO (1909-1935): nacionalismo autoritário, eugenia e
antissemitismo**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2015

KARLA DE SOUZA BABINSKI

**REPRESENTAÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM GUSTAVO
BARROSO (1909-1935): nacionalismo autoritário, eugenia e
antissemitismo**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em tecnologia”- Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 443

Representações de Ciência e Tecnologia em Gustavo Barroso (1909-1935): Nacionalismo autoritário, eugenia e antissemitismo

por

Karla de Souza Babinski

Esta dissertação foi apresentada às 14h00 do dia 28 de setembro de 2015 como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM TECNOLOGIA, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO (aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof. Dr. Mário Lopes Amorim
(UTFPR)

Profª. Drª. Maria Lúcia Bühler Machado
(IFPR)

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza
(UNICENTRO)

Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz
(UTFPR)
Orientador

Visto da coordenação:

Profª. Drª. Faimara do Rocio Strauhs
Coordenadora do PPGTE

O documento original encontra-se arquivado na Secretaria do PPGTE

AGRADECIMENTOS

Certamente essas simples palavras não farão jus a todo o apoio e dedicação que cada pessoa prestou ao longo desse trabalho. Seguramente esse trabalho não é só meu, está nele presente um pouco de cada pessoa que passou de alguma forma em minha vida nesse período. Talvez não consiga agradecer a todos como deveria, mas, tentarei dentro de minhas limitações.

Agradeço em primeiro lugar, e não poderia ser diferente, ao meu orientador: prof. Dr. Gilson Leandro Queluz. Agradeço pela enorme compreensão, e, principalmente, por todo o ensinamento que vem me passando ao longo de quase cinco anos. Não tenho palavras para demonstrar toda minha gratidão e por poder estar ao lado não somente de um grande pesquisador, mas de um ser humano com qualidades admiráveis.

Agradeço aos meus pais, Eloi e Otília, que sempre me apoiaram em minhas decisões, me incentivando com seu amor incondicional. Todo o ensinamento que me passaram me faz ser quem sou hoje, e, se ainda acredito que o mundo pode ser um lugar melhor e mais justo, devo isso a vocês. Faço um agradecimento especial ao meu pai, que não pode estar presente em mais uma etapa de minha vida, mas que esteve em meus pensamentos em cada linha escrita neste texto. Sua falta ainda é insuportável.

À minha irmã Gislaine, minha melhor amiga, minha companheira, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos de minha vida, que amo incondicionalmente.

Ao meu cunhado Marcelo, que também fez parte dessa etapa.

Ao meu namorado Gabriel, que me apoiou e esteve ao meu lado nesse momento tão turbulento, cheio de mudanças e receios.

Aos meus amigos que fiz ao longo do programa, que dividiram ansiedades, expectativas, congressos, seminários e muitos debates.

Ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia e os respectivos professores que me auxiliaram a trilhar esse caminho tortuoso, em especial a coordenadora Dr^a Faimara do Rocio Strauhs, por toda a dedicação que tem para com o Programa e seus discentes.

À Banca Examinadora composta pelos professores: Maria Lucia Buher, Mario Lopes Amorim e Vanderlei Sebastião de Souza, que me auxiliaram em novas perspectivas.

Ao Museu Histórico Nacional, em especial Arionia Rodrigues Cunha, Eliane Vieira da Silva e Maria José Muniz F. Ribeiro, que contribuíram em minha pesquisa no acesso as obras e artigos de Gustavo Barroso na Biblioteca do Museu.

À Capes pelo financiamento dessa pesquisa.

Aos meus amigos que sempre estão presentes em minha vida de uma forma muito especial: Gabriela, Janaína e Rafael.

Porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político. (CHAUÍ, 2000).

RESUMO

BABINSKI, Karla de Souza. **Representações de ciência e tecnologia em Gustavo Barroso (1909-1935):** nacionalismo autoritário, eugenia e antissemitismo. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba 2015.

O presente estudo focaliza as representações de ciência e tecnologia no pensamento do intelectual Gustavo Barroso entre o período de 1909 e 1935. Sendo um dos principais líderes da Ação Integralista Brasileira, averiguaremos especialmente a sua visão eugênica, anterior a sua participação no integralismo e a influência dessa ciência na construção de seu pensamento autoritário e antissemita. Procuramos perceber o diálogo de Gustavo Barroso, em um contexto de profundas transformações sociais e políticas, com a busca de um nacionalismo “verdadeiramente brasileiro”. A metodologia utilizada foi a pesquisa de cunho bibliográfica e documental, destacando-se a análise dos livros de Gustavo Barroso, que foram utilizados como fontes primárias: *Inteligencia das Coisas*(1923), *Aquém da Atlântida* (1931), *Brasil Colônia de Banqueiros* (1934), *O Integralismo de Norte a Sul* (1934), *O Quarto Império* (1935) e *A Palavra e o Pensamento Integralista* (1935), além de alguns de seus artigos pesquisados no acervo do Museu Histórico Nacional. Os resultados da pesquisa demonstram que neste período Gustavo Barroso passou a desenvolver em seus escritos uma visão política autoritária, eugênica e posteriormente, no integralismo, ligada fortemente ao antissemitismo.

Palavras-Chave: Gustavo Barroso, nacionalismo autoritário, eugenia, antissemitismo.

ABSTRACT

BABINSKI, Karla de Souza. **Representations of science and technology in Gustavo Barroso (1909-1935):** authoritarian nationalism, eugenics and anti-Semitism. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba 2015.

This study focuses on the representations of science and technology in the thinking of the Brazilian intellectual Gustavo Barroso in the period between 1909 and 1935. As one of the main leaders of the Brazilian Integralism, we will discuss, especially, his eugenic vision, prior to his participation in integralism and the influence of this science in building his authoritarian and anti-Semitic thinking. We seek to realize Gustavo Barroso dialogue, in a context of profound social and political changes, with the search for a nationalism "truly Brazilian." The methodology used was of a documentary and literature research, highlighting the analysis of Gustavo Barroso books, which were used as primary sources: *Inteligencia das Coisas* (1923), *Aquém da Atlântida* (1931), *Brasil Colônia de Banqueiros* (1934), *O Integralismo de Norte a Sul* (1934), *O Quarto Império* (1935) e *A Palavra e o Pensamento Integralista* (1935), and, also, some of his articles surveyed in the National History Museum collection. The survey results show that in this period Gustavo Barroso went on to develop in his writings an eugenic and authoritarian political vision, later, in his integralist phase, linked strongly to an anti-Semitic view.

Keywords : Gustavo Barroso , authoritarian nationalism , eugenics, anti-Semitism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2. NACIONALISMO: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE IDEOLÓGICA	18
2.1 A CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO BRASILEIRO	18
2.2 NACIONALISMO AUTORITÁRIO	28
3. EUGENIA EM GUSTAVO BARROSO	33
3.1 EUGENIA	33
3.2 EUGENIA NO BRASIL	41
3.3 GUSTAVO BARROSO: EUGENIA E O DISCURSO NACIONALISTA	46
4. GUSTAVO BARROSO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ANTISSEMITISMO	61
4.1 GUSTAVO BARROSO: ENTRE MITOS E CIÊNCIA	62
4.2 CIÊNCIA, MODERNIDADE E ANTISSEMITISMO	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6. REFERÊNCIAS	88
7. FONTES PRIMÁRIAS	93
7.1. LIVROS DE GUSTAVO BARROSO	93
7.2. ARTIGOS DE GUSTAVO BARROSO (ACERVO MHN)	93

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre a extrema direita parece-nos ainda muito necessário, pois, acreditamos que as visões mais extremistas da direita ainda chocam. Chocam por seu grande conservadorismo, pela dissipação do ódio, pela intolerância e principalmente pela sua permanência no meio social desses discursos.

Analizamos nesse trabalho alguns dos escritos de um dos intelectuais brasileiros do início do século XX: Gustavo Barroso, que assim como outros, demonstrava uma visão política fortemente arraigada no conservadorismo. Tendo hoje um pouco mais de um século a sua primeira publicação literária, *Terra de Sol* (1912), que o consolidou no meio intelectual, ainda vemos alguns de seus discursos sendo proferidos em meio à sociedade brasileira, principalmente pela elite conservadora, através de discursos de ódio direcionado às minorias recentemente, tanto por políticos, como parte da população. Destacamos esse intelectual pela grande quantidade de publicações (128) dos mais diversos assuntos, sendo reconhecido em seu tempo. Delimitamos o período de 1909-1935, para que possamos entender a construção de seu pensamento até sua adesão ao integralismo, período este em que o Brasil e o mundo passavam por diversas transformações políticas, econômicas, culturais, científicas, tecnológicas, entre outras.

A escolha do tema está relacionada ao trabalho anteriormente realizado ainda na iniciação científica entre o período de 2010-2011, onde tive contato pela primeira vez com os escritos de Gustavo Barroso através do Professor Dr. Gilson Leandro Queluz, que realizava pesquisas relacionadas ao pensamento autoritário brasileiro. Este trabalho teve como intuito a verificação das representações de ciência e tecnologia nas obras do autor, ainda de forma primária. Este primeiro contato rendeu subsídios para a realização de minha monografia que relacionou os discursos de Barroso com o nazismo, principalmente ligado ao antissemitismo.

Ao lermos os trabalhos que abordavam esse intelectual, vimos que essencialmente estavam ligados a sua visão antissemita dentro do integralismo, havendo muito pouco sobre seus escritos anteriores. O que nos chamou a atenção foi a

citação de um artigo da *Revista Época* dentro da tese de Natália Cruz Reis: *O integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio* (2004), que foi escrito por Barroso em 1916, defendendo os princípios eugênicos. Isso nos mostrou sua visão eugênica anterior ao integralismo, nos intrigando, fazendo-nos buscar uma nova visão sobre esse autor.

Este trabalho tem o intuito de responder à problemática: Quais as representações de ciência e tecnologia presentes nos discursos de Gustavo Barroso, no período entre 1909 e 1935?

Temos, portanto, como finalidade analisar os textos de Gustavo Barroso para que possamos entender a formação de seu pensamento, principalmente ligado à ciência e a tecnologia, para a construção de aparatos políticos legitimadores do poder de uma elite.

Poderemos verificar, especialmente, através deste viés específico, o diálogo do pensamento de Gustavo Barroso, como expresso em seus escritos, com as ideias eugênicas, entre 1909-1935. Consideramos que, através desse viés se consolidou seu antissemitismo, baseado em uma ideologia política autoritária e conservadora, demonstrada em seus discursos, que serão aqui analisados, relacionados com a ciência e a tecnologia.

Gustavo Adolfo Luíz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu na cidade de Fortaleza no dia 29 de dezembro de 1888, ano da abolição da escravatura, filho de Antônio Filinto Barroso e de Ana Dodt Barroso, ficando órfão de mãe aos sete dias de vida. Passou a viver com suas tias paternas, enquanto seus irmãos mais velhos vão viver com seus avós maternos alemães, que residiam em São Luiz do Maranhão. Seu pai participou da fundação da Academia Francesa de Letras demonstrando que Barroso teve desde cedo influência intelectual dentro do seio familiar.

No ano de 1906, quando concluiu o curso no Liceu do Ceará, publicou seu primeiro artigo no periódico cearense *Jornal da República*, assinado com seu primeiro pseudônimo: *Nautilus*, sendo o primeiro escrito de muitos. Contribuiu para vários jornais e revistas da época como *O Malha*, *O Tico-Tico*, *Careta* e *Fon-Fon*, estes do Rio de Janeiro, onde assinará com seu pseudônimo mais conhecido, o *João do Norte*.

Cursou a Faculdade Livre de Direito do Ceará, bacharelando-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Gustavo Barroso foi um intelectual de seu tempo, escrevendo diversos livros e artigos. Suas obras passam de uma centena de publicações onde os temas são os mais variados, abrangendo arqueologia, biografias, contos, economia, ensaios, ficção, folclore, história, memórias, museologia, poesia e política. Sua primeira publicação literária foi *Terra de Sol*, de 1912, que descreve o sertão nordestino de forma romântica.

Fez parte da Academia Brasileira de Letras (ABL), sendo o terceiro ocupante da cadeira 19, eleito em 1923. Exerceu as funções de tesoureiro, segundo e primeiro secretário, secretário-geral e foi presidente da instituição em 1932, 1933, 1949 e 1950. Também fundou e dirigiu o Museu Histórico Nacional, ocupando o cargo de diretor entre o período de 1922 a 1959, tendo se afastado da função apenas no período entre 1930 e 1932.

Teve participação na vida política antes da adesão ao integralismo, tornando-se Secretário do Interior e Justiça em Fortaleza, em 1914, deixando o cargo em pouco tempo para concorrer nas eleições federais pelo Partido Republicano Conservador (PRC), elegendo-se em 1915 para o Congresso Nacional. Em 1918 recebeu a direção da secretaria do Boletim Comercial e tornou-se Consular do Ministério das Relações Exteriores. Em 1919 seguiu como secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz em Versalhes e até 1922 foi inspetor escolar no Distrito Federal. Ocorreram, após esse período, outras tentativas frustradas de participação política, passando a aproximar-se do Partido Democrático, mas, por pouco tempo, até engajar-se na Ação Integralista Brasileira.

Gustavo Barroso passou a integrar a AIB em abril de 1933, tornando-se um de seus principais líderes juntamente com Plínio Salgado e Miguel Reale. Em 1934, no 1º Congresso Integralista, realizado em Vitória, onde foram aprovadas a estrutura interna e os estatutos da AIB, se decidiu que a direção seria única, e centralizada nas mãos de Plínio Salgado. Gustavo Barroso foi nomeado como comandante das milícias, onde, mais do que preparar desfiles, essa função tinha o dever de desenvolver o treinamento militar.

Retirou-se, então, da vida política e reassumiu a direção do Museu Histórico Nacional. Permaneceu como um intelectual prestigiado pelos governos que se sucederam no país, a quem por vezes representava no exterior. Morreu no Rio de Janeiro, em 1959¹.

Nas primeiras décadas do século XX, ocorreram transformações que tiveram grande impacto nas representações sociais, sendo a tecnologia e a ciência personagens de destaque dessas novas visões que surgiram, e que, se mostram presentes ainda hoje. Esse período que Costa e Schwarcz (2007) denominaram de “tempo das certezas”, baseava-se na ideia de progresso, ligado fortemente a uma visão positivista:

Estamos falando, portanto, de um momento em que uma certa burguesia industrial, orgulhosa de seu avanço, viu na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos. Tal qual uma revolução industrial que não acaba mais, aqueles homens passaram a domar a natureza a partir de uma miríade de invenções sucessivas (COSTA; SCHWARCZ, 2007, p.10).

Em meio às mudanças ocorridas no início do século XX, novas ideologias políticas surgiram ligadas principalmente ao descontentamento com o liberalismo, principalmente após o início da Primeira Guerra. Esse pensamento permeava a sociedade, que passou a buscar novas abordagens, surgindo, inclusive, pensamentos mais extremistas, como os fascismos, e como eles, novas formas de se abordar a modernidade e suas tecnologias ligadas a um pensamento mais conservador, como destaca Herf (1993) chamando de “modernismo reacionário”, onde a modernidade, dentro de uma lógica alemã no período da República de Weimar e o Terceiro Reich, passou a ter um contorno conservador, negando o liberalismo, conciliando “... idéias antimodernistas, românticas e irracionais existentes no nacionalismo alemão com a mais óbvia manifestação da racionalidade de meios-e-fins, isto é, com a tecnologia moderna...” (HERF, 1993, p.13). Essas mudanças também tiveram influência no Brasil.

Para Trindade (1979), as mudanças ocorridas na década de 20 no Brasil foram fundamentais para o surgimento de novos pensamentos. Para ele:

¹ As informações biográficas de Gustavo Barroso foram retiradas essencialmente de Costa (2009), Maio (1992), Moreira (2006) e o site do CPDOC.

O ano-chave do período é 1922. Neles eclodem quatro acontecimentos simbólicos que contêm, em embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana da Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro D. Vital, ligado à revista *A Ordem*, de orientação católica, prenuncia a revolução espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana (TRINDADE, 1979, p. 7, grifo do autor).

Em meio a todas essas mudanças sociais e econômicas, e o descontentamento, especialmente com o liberalismo, surgiram novos pensamentos e vertentes intelectuais, trazendo com eles a adesão, principalmente de jovens, a políticas mais radicais. Para Trindade:

Esta geração, porém, é sobretudo uma geração antiliberal. Explica-se esta atitude pelo impacto da Revolução Soviética e pela incapacidade das democracias liberais de fazerem face à ameaça socialista, dois fenômenos considerados como sinais da decadência do liberalismo (TRINDADE, 1979, p. 99-100).

Foi neste cenário político, que Gustavo Barroso, assim como grande parte dos intelectuais do período, descontentes com o liberalismo e amparados pelas novas ciências, buscavam uma identidade nacional.

Consideramos que, Gustavo Barroso, no período aqui estudado, transitou pelo pensamento nacionalista autoritário, acabando por aderir ao integralismo. A visão autoritária de Gustavo Barroso se encontra com a de muitos intelectuais do período que buscavam um nacionalismo distante dos ideais liberais.

A pesquisa realizada foi de cunho bibliográfico/documental, pois, além de utilizar fontes bibliográficas para desenvolvê-la (revisão bibliográfica), foram utilizadas fontes documentais (artigos, periódicos e livros de Gustavo Barroso).

Segundo Macedo, a pesquisa bibliográfica:

[...] é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na

identificação do material referenciado ou na bibliografia final) (MACEDO, 1995, p. 13).

Para realizarmos essa pesquisa, foi necessária, primeiramente, para contextualização do período, a leitura de uma bibliografia básica sobre nacionalismo autoritário, teorias raciais, eugenia e sobre a própria obra e atuação de Gustavo Barroso.

Destacamos, neste sentido, o estudo de Maio e Cytrynowicz (2010), que enfatizaram o contexto histórico que o Brasil vivenciava e seus conflitos, que auxiliaram o surgimento de ideias radicais de mudança, entre elas, o integralismo, Chauí e Franco (1978), que estudaram o período de 1920 a 1938, destacando a busca da sociedade brasileira por uma identidade nacional e Fausto (2001), que fez uma reflexão sobre o nacionalismo autoritário brasileiro. Também destacamos o trabalho de Oliveira (1990) que analisou a formação do nacionalismo brasileiro no período da Primeira República, problematizando a influência sobre ele exercida pelos preceitos europeus, especialmente os franceses, amplamente discutidos principalmente no século XIX e início do século XX. Leite (1976), por sua vez, analisa o nacionalismo brasileiro a partir de uma perspectiva psicológica, além do processo de formação do pensamento conservador. Beired (1999) construiu um instigante trabalho de comparação entre o pensamento autoritário no Brasil e na Argentina. Também nos foi de grande importância as reflexões de Ortiz (1985, 1988, 1992) ao analisar a modernidade, o nacionalismo e o folclore na formação da identidade brasileira.

Referente ao nacionalismo, utilizamos Hobsbawm (1990) e Anderson (2008), que analisam a formação do nacionalismo ao longo da história.

Com relação aos textos que analisam o fascismo internacional pode-se destacar Lenharo (1986), Paxton (2007), Stackelberg (2002) e Mann (2008), que deram ênfase as políticas italianas e alemãs, destacando a chegada ao poder e as diversas interpretações a cerca desse tema.

Entre os textos sobre o integralismo destaca-se o livro base de todo o estudo sobre o integralismo: *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, de Hégio Trindade (1979), que fez uma análise, como o próprio título já denota, sobre a semelhança entre integralismo e o fascismo, acreditando, que apesar de suas singularidades, que o integralismo teve grande influência das políticas fascistas.

Referente ao antissemitismo destacamos Arendt (2013), que analisou as formas do antissemitismo ao longo da história e Carneiro (1988), que realizou um estudo sobre o antissemitismo no período getulista (1930-1945).

Sobre a eugenia e teorias raciais destacamos os livros de Diwan (2012), Gualtieri (2008), Schwarcz (2012) e Stepan (2005), que fazem uma análise sobre a eugenia e suas especificidades na América Latina e Brasil.

O texto de maior destaque de estudo sobre Gustavo Barroso é também de Maio (1992), que em sua pesquisa ressaltou sua visão antissemita, ao analisar as obras desse intelectual.

Ainda referente a textos relacionados a Gustavo Barroso foram utilizadas teses e dissertações. Entre elas destacamos a tese de Natalia dos Reis Cruz (2004), a dissertação de Luiz Mário Ferreira Costa (2009) e a tese de Afonsina Maria Augusto Moreira (2006).

Para a análise e embasamento do trabalho utilizamos como fontes primárias as obras de Gustavo Barroso: *Intelligencia das Coisas* (1923), *Aquém da Atlântida* (1931); *O Integralismo de Norte a Sul* (1934); *O Quarto Império* (1935); *A Palavra e o Pensamento Integralista* (1935) e *Brasil Colônia de Banqueiros* (1934).

A leitura do livro, *Os Protocolos dos Sábios de Sião* (1936), também foi necessária para o entendimento da influência desse escrito sobre o pensamento de Gustavo Barroso, além de o mesmo ter sido traduzido para o português por esse intelectual.

Estas leituras foram complementadas, por um período de pesquisa realizada no Rio de Janeiro, onde, basicamente, utilizamos as fontes encontradas no Museu Histórico Nacional, sendo Barroso diretor por mais de trinta anos, permanecendo no cargo até o ano de sua morte. No Museu, tivemos acesso a um conjunto de artigos escritos pelo autor em jornais e revistas, recortados e catalogados em pastas, segundo a curadoria, separados pelo próprio autor, desde o início de sua carreira, expressando em alguns deles sua visão nacionalista autoritária e eugênica. As pastas estão divididas por períodos iniciando no ano de 1907 e terminado em 1973, contendo ao todo 101 pastas. Elas ainda não se encontram totalmente organizadas, mas, o museu está digitalizando-as, para que possa ocorrer um acesso com maior facilidade.

Consideramos necessária a pesquisa sobre Gustavo Barroso, pois, como pudemos averiguar ainda não se analisou, com profundidade, sua visão eugênica, em sua articulação com suas representações de ciência e tecnologia, como importante elemento de seu pensamento autoritário. Os trabalhos realizados sobre o autor em questão foram normalmente direcionados a sua visão antissemita, dentro do integralismo, ou, sobre seus textos folclóricos, não demonstrando uma ligação entre os mesmos. Nesse sentido, iniciamos uma pequena parte de uma pesquisa que se mostra abrangente.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. Após esta introdução, nomeada como capítulo um, o capítulo número dois abordará o conceito de nacionalismo de forma breve, enfatizando o nacionalismo autoritário, o qual acreditamos que Gustavo Barroso demonstrava em seus escritos. No capítulo três destacaremos a conceituação da eugenia e a análise prévia de alguns de seus escritos que denotavam essa visão. No capítulo quatro, tentaremos fazer uma ligação do seu pensamento nacionalista autoritário e eugênico com sua visão integralista de caráter antissemita. Neste processo, ressaltaremos seus discursos sobre ciência e tecnologia, inclusive aquelas representações reacionárias de caráter mítico.

2. NACIONALISMO: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE IDEOLÓGICA

Nação, nacionalidade, nacionalismo – todos provaram ser de difícil definição, que dirá de análise. Em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele (ANDERSON, 2009, p. 28).

A palavra *construção* utilizada no título deste capítulo está ligada, como veremos, a ideia de formação de uma identidade brasileira dentro do ideal nacionalista empregado por diversos intelectuais do início do século XX. Sendo um tema recorrente no Brasil deste período, se buscava uma identidade própria, tentando, por um lado, se desvencilhar dos laços imperiais após a proclamação da República em 1889, e por outro, se adaptar a formação de uma nova classe trabalhadora após a lei áurea. O anúncio da República trouxe questões referentes à construção de uma nação e de sua identidade que povoou o pensamento de grande parte dos intelectuais que buscavam encontrar as bases para a construção de um Estado soberano. Sendo nosso intuito entender como o nacionalismo fez parte dos discursos de Gustavo Barroso iremos abordar algumas questões referentes a esse tema e como ele passou a ser introduzido, não só em seus escritos, mas por grande parte dos intelectuais, como foco de discussão.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO BRASILEIRO

O início do século XX foi um período de grandes transformações no mundo. O final do século XIX ainda deixava resquícios no início do novo século, ligados ainda aos preceitos liberais e positivistas dentro de uma lógica de progresso e civilidade

embasados na ciência e na tecnologia. Mas, toda essa visão “otimista” sobre os avanços sociais e as condições de vida do ser humano, mudou, segundo Hobsbawm (1995), a partir de 1914, dando fim ao que Costa e Schwarcz (2007), chamaram de “tempo das Certezas”², com a primeira guerra mundial, iniciando de fato, na concepção do historiador, o século XX e juntamente com ele a *Era da Catástrofe*³, que abrangeria até 1945, com o final da segunda guerra mundial.

Esse período que enquadra as duas grandes guerras foi determinante para a formação de novos pensamentos políticos contrários ao liberalismo⁴, que passaram a fazer parte do imaginário do período. Tanto a ascensão da União Soviética, como das políticas fascistas⁵, tentavam mostrar novos caminhos além do liberalismo que se mostrou falho, principalmente após a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. As novas vertentes de pensamento surgiram com o intuito de substituir o liberalismo que se revelava decadente.

Foi em meio a essas mudanças internacionais que o Brasil do início do século XX passou a tentar se enquadrar social e economicamente, sofrendo influências diretas dessas novas vertentes políticas, ao buscar constituir uma identidade nacional com base em novos preceitos, dentro de uma lógica, onde o país sofria, internamente,

² Para as autoras esse período: “... Sem dúvida esse é um tempo que apostou em verdades absolutas, em normas morais rígidas, na resolução de todos os imponderáveis, e fiou-se em modelos que distinguiam, de forma insofismável, o certo do errado. Não é há toa que tenha sido tão longo. Como acredita o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), para além das datas que congelam os marcos, o século XIX teria terminado apenas em 1914. Foi, então, e com a realidade da Primeira Guerra Mundial, que se pôs fim a esse “tempo das certezas...” (COSTA; SCHWARCZ, 2007, p. 14).

³ Hobsbawm define a Era da Catástrofe: “... De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o *colapso dos valores e instituições da civilização liberal* cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas panes “avançadas” e “em avanço” do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos valores da razão, do debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente de perfeição) da condição humana...” (HOBBSAWM, 1995, p. 113-114, grifo nosso).

⁴ Ver: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco: Dicionário de política I. Brasília: Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

⁵ Para a definição de fascismo utilizamos a concepção de Paxton: [...] uma forma de comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (PAXTON, 2007, p. 359).

grandes transformações econômicas e sociais: um Estado Republicano, escravocrata e que passava por um forte desenvolvimento urbano.

Surge então, em meio a essas mudanças e pensamentos, juntamente com a visão negativa do liberalismo, o que Beired (1999) chamou de *direita nacionalista* ou *nacionalismo de direita*, formada principalmente por intelectuais, que acreditavam serem os únicos que poderiam mudar o destino “catastrófico” de seu país. “... Nesse sentido, os intelectuais empenharam-se na tarefa de traduzir em termos nacionais a nova ordem que se impunha na Europa por meio da expansão das experiências autoritárias e totalitárias...” (BEIRED, 1999, p. 18).

Para o historiador, essa nova direita que surgiu rompia com o “padrão tradicional da direita preexistente”, principalmente por irromper com os princípios liberais. Nesse sentido, o nacionalismo que passou a ser empregado tinha como sinônimo de luta a “salvação do Brasil” sendo tema recorrente entre os intelectuais⁶.

Para entendermos como o tema do nacionalismo foi tão importante neste período e como Gustavo Barroso se posicionou dentro de suas diversas tendências, destacaremos algumas definições sobre o nacionalismo.

Primeiramente devemos frisar que não é nosso intuito uma explicação exaustiva sobre o nacionalismo, pois, como diria Hobsbawm: “... “A questão nacional” é, notoriamente, um tema controverso...” (HOBSBAWM, 1990, p. 10).

O nacionalismo teve diversos papéis distintos ao longo da história. Hobsbawm (1990) nos mostra que a conceituação do nacionalismo moderno se encontra a partir do século XVIII, ligado principalmente ao advento do liberalismo baseado nos ideias de

⁶ Beired destaca o surgimento de um novo nacionalismo distinto dos existentes que chama de tradicionais, que basicamente utilizavam da literatura e educação como forma de propagação. Para o autor, baseado na ideia de Oliveira (1990), surgiu, após a primeira guerra, ideais, um nacionalismo denominado *militante* “... que propunha um programa de luta política de organização de movimentos que deveriam atuar em prol da salvação da nação. [...] O surgimento do nacionalismo de direita significou uma ruptura com o padrão tradicional da direita preexistente em ambos os países, ao assumir a defesa de posições antiliberais, nacionalistas, estatistas e corporativistas. A direita nacionalista era qualitativamente diversa da direita existente até então – quer liberal, quer conservadora –, pois recusava de forma completa os princípios e as regras institucionais liberais. Nesse sentido, contra o avanço da modernidade política e cultura, propunha a manutenção das “tradições nacionais” e defendia princípios antiliberais e antiigualitários. Liberdade e igualdade eram tidas como puras abstrações a ser substituídas por outros valores políticos que privilegiassem a autoridade, a ordem a hierarquia e a obediência” (BEIRED, 1999, p.17- 19).

progresso e na formação dos Estados. Marilena Chauí destaca as fases descritas por Hobsbawm:

[...] podemos datar o aparecimento de “nação” no vocabulário político na altura de 1830, e seguir suas mudanças em três etapas: de 1830 a 1880, fala-se em “princípio da nacionalidade”; de 1880 a 1918, fala-se em “idéia nacional”; e de 1918 aos anos 1950-60, fala-se em “questão nacional”. Nessa periodização, a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas. Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos, e, na terceira, emanam principalmente dos partidos políticos e do Estado (CHAUÍ, 2000, p.10).

Para Hobsbawm (1990) o nacionalismo moderno está ligado diretamente na formação da *nação moderna*⁷, que em sua concepção só pode ocorrer com a formação de um Estado territorial moderno: o Estado-nação, passando a existir dentro da lógica capitalista, abrangendo interesses de uma classe dirigente: a burguesia.

Hobsbawm, nesse sentido, se distingue de Anderson (2009), pois, para Anderson o nacionalismo não está ligado a uma ideologia política (liberal ou fascista), mas, com os grandes sistemas culturais dentro dos Estados dinásticos, onde a língua, etnia e religião foram fundamentais para formação da nação:

O que estou propondo é o entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los (ANDERSON, 2009, p. 46).

Para Hobsbawm (1990) a língua, etnia e religião foram fundamentais para a formação de um sentimento de identidade e ligação dentro de um determinado território

⁷ Para Hobsbawm há uma ligação entre nacionalismo moderno e o capitalismo: “... Na verdade, como poderiam ser negadas as funções econômicas e mesmo os benefícios do Estado-nação? A existência de Estados com monopólio da moeda, com finanças públicas e, portanto, com atividades e políticas fiscais era um fato. Eram atividades econômicas que não poderiam ser abolidas mesmo por aqueles que quisessem eliminar suas intervenções danosas na economia. Além disso, mesmo extremados libertários podiam aceitar, com Molinari, ‘que a divisão da humanidade em nações autônomas é essencialmente econômica’. Pois, na era pós-revolucionária do Estado-nação, o Estado garantia, afinal de contas, a segurança da propriedade e dos contratos [interesses burgueses] — e como disse J. B. Say, notoriamente um inimigo da empresa pública, ‘nenhuma nação conseguiu um nível de riqueza sem estar sob um governo regular’...” (HOBSBAWM, 1990, p. 40).

através da formação de suas simbologias, o que chamou de *protonacionalismo popular*⁸, mas, a seu ver, não define uma nação moderna.

Acerca dessas discussões, Oliveira (1990) demonstra em seu trabalho as influências sofridas no Brasil pelos ideais nacionalistas debatidos na Europa que inspiraram diretamente os pensadores brasileiros, principalmente no período da primeira República. Inicialmente exemplifica as divergências nas concepções dos nacionalismos europeus, havendo, na visão da autora, duas compreensões: a política e a cultural:

As doutrinas sobre a constituição da nação podem ser agrupadas em torno de dois enfoques principais: de um lado, estão aquelas que privilegiam a cultura como fator primordial na construção da nação e, de outro, aquelas que priorizam o elemento político. As doutrinas que enfatizam o mundo da cultura tendem a se contrapor à idéia de progresso, entendido como resultante natural da vida do homem em sociedade. Nesta vertente, cabe ao nacionalismo descobrir a continuidade cultural e reconstruir o passado. O nacionalismo é entendido como um movimento de idéias e de ação visando a construção simbólica da nação. O "espírito ou caráter nacional" é privilegiado como resultante das forças internas que regem o desenvolvimento espontâneo do povo ou da comunidade. O nacionalismo político, por sua vez, valoriza a ação do legislador, do homem de Estado, como principal fator de constituição da nação (OLIVEIRA, 1990, p. 29-30).

Não iremos nos ater as formações da concepção de nacionalismo ao longo da história. Queremos apenas destacar a formulação do nacionalismo baseado no conservadorismo, que, em meados do século XIX passou a ser amplamente discutido, negando os ideais liberais e que tiveram grande influencia no Brasil. Essa nova visão nos é importante, pois acreditamos que assim como influenciou diversos intelectuais brasileiros, teve um grande efeito na formulação das concepções de Gustavo Barroso referente a ideia de nação brasileira e principalmente a sua negação ao liberalismo juntamente com sua visão relacionada as "raças". Nessa concepção se pregava uma nova forma de pensar a nação, que passou a substituir as discussões sobre cultura e política pelo campo econômico e biológico:

⁸ Ver HOBSBAWM(1990), especialmente o capítulo 2: O protonacionalismo popular.

No novo nacionalismo, organizado sobre etnias, desaparece a esperança e a aspiração de criar uma nova ordem política e social popular. Em seu lugar, temos a visão da história como luta incessante, e do conflito e da guerra como instrumentos do progresso (OLIVEIRA, 1990, p.46).

No nacionalismo conservador passa a vigorar a luta de raças como parte da formação nacional que repudia tudo o que é de “fora”. O progresso passa a ter um novo significado dentro da busca de um “caráter nacional”:

Os sentimentos contra o cosmopolitismo, contra a urbanização, contra os direitos naturais se tornam a tendência dominante em doutrinas de cunho nacionalista. A nova face do nacionalismo volta-se contra todo internacionalismo e, no final do século, se opõe ao socialismo, considerado uma variante do internacionalismo. Este novo tipo de nacionalismo glorifica a necessidade de uma estrutura nacional hierarquizada e autoritária, repudia o liberalismo e o individualismo, assim como recusa a aspiração a uma ordem internacional baseada na igualdade dos homens e das nações (OLIVEIRA, 1990, p.46-47).

Diversos intelectuais europeus passaram a debater sobre esse novo nacionalismo. Oliveira (1990) destaca o jornal *Ação Francesa*, do início do século XX, período que antecede a primeira guerra, que passou a romper com o republicanismo, dentro de uma visão antidemocrática, que tinha como inimigo o Estado liberal burguês, que, ao ver desses intelectuais, não poderia preservar a ordem e a nação. Os principais formuladores foram Henri Vaugeois, Maurice Pujo e Jacques Bainville, León de Montesquiou, Valois, entre outros, liderados por Charles Maurras.

Esses pensadores foram diretamente influenciados por Louis de Bonald, Maistre, Chateaubriand, Taine, Renan e Le Bon, entre outros que ao longo do século XIX discutiam sobre uma política mais conservadora, ligado a um forte pessimismo referente ao liberalismo, assim como, a questão de identidade racial e a valorização de uma elite dirigente que deveria controlar a sociedade de massa⁹.

Não destacaremos os ideais dos autores citados. Interessa-nos entender que essas discussões, referentes ao nacionalismo, ao longo do século XIX e início do XX, em toda a Europa, passou a ter contornos mais conservadores ligados principalmente a

⁹ Schwarcz destaca os pensadores E. Renan, G. Le Bon, H. Taine e Gobineau como autores poligenistas que passaram a relacionar o darwinismo social com racismo (SCHAWARCZ, 2012, p. 82-83). Para nós essa conclusão é muito importante, pois, em alguns de seus livros, Gustavo Barroso citou esses intelectuais como base de formulação de seus pensamentos.

questões referentes ao Estado, afastando-se cada vez mais dos ideais nacionalistas da Revolução Francesa, bases do liberalismo. Essas novas definições afetaram diretamente os intelectuais brasileiros, principalmente com a primeira guerra mundial, que passaram a “produzir” um nacionalismo que tinha como intuito a salvação do Brasil. Mas, não devemos ver isso como uma cópia dos pensamentos europeus:

O esforço da intelectualidade francesa em reinterpretar o passado e reconstruir a ideologia nacionalista deixou marcas em todo pensamento que teve no mundo francês sua fonte de inspiração. A estrutura temática do nacionalismo e do cientificismo franceses se fizeram presentes no pensamento social brasileiro do final do século XIX e início do século XX (OLIVEIRA, 1990, p.73).

Buscava-se uma nação que a seus olhos ainda não estava definida, precisava ser “encontrada”, analisada e construída dentro de suas próprias definições. Nesse contexto de grandes transformações, a elite intelectual brasileira não apenas passa a debater sobre a formação da nação brasileira, como lhe conferiram o papel de “elite dirigente”, pois, tinha o “domínio” de certas áreas das ciências humanas onde poderiam solucionar com propriedade os problemas nacionais que afetavam a sociedade como um todo (BEIRED, 1999, p. 34-35).

Dentro dessa lógica os intelectuais brasileiros passaram a buscar suas próprias explicações referentes às “questões sociais”¹⁰ que perturbavam as elites desse período. Indagações relativas à saúde, higiene, educação, raça tornaram-se temas de elevada importância no meio intelectual e político dentro de uma lógica nacionalista.

Nesse contexto o papel do intelectual brasileiro passou a ter maior destaque, pois, além de serem os cientistas¹¹ do período, que poderiam “salvar” a nação, passaram a ocupar cargos públicos, intervindo diretamente na sociedade com base em suas pesquisas, em busca de uma sociedade civilizada¹², de uma nação.

¹⁰ Segundo Stepan esse termo foi muito utilizado não somente por políticos ou intelectuais brasileiros, mas em grande parte da América Latina. A “questão social” era referente as preocupações que rondavam a elite a sua a formação social, principalmente as questões das classes “inferiores” sobre saneamento, educação, raça, etc. (STEPAN,2005 p. 47).

¹¹ Schwarcz (2012) denomina como “homens de ciência”, no capítulo 1 de seu livro, denotando a tarefa que atribuíram a si mesmo de reflexão sobre a nação brasileira e seu futuro.

¹² Beired cita os intelectuais: Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Alberto Torres, Francisco Campos, Almir de Andrade e Lourival Fontes, como parte dos intelectuais que fizeram parte da vida política e que buscavam alternativas de “salvação” do Brasil (BEIRED, 1999, p. 35).

Baseado na periodização do nacionalismo proposta por Hobsbawm (1990), podemos dizer que o nacionalismo adquiriu um papel fortemente vinculado ao Estado e a política a partir de 1918, ou seja, após a Primeira Guerra Mundial e que também teve repercussão no Brasil. Para Oliveira (1990), a partir da Primeira Guerra passou-se a formar no Brasil o que chamou de *nacionalismo militante*. “... Neste sentido, o novo nacionalismo, que defendia a consciência de uma identidade nova, rompeu com a herança europeia, pelo menos na vertente que pressupunha o determinismo racista...” (OLIVEIRA, 1990, p. 145). Ou seja, passou a buscar uma identidade nacional onde a questão da “raça” não poderia mais ser vista de forma negativa, pois sendo um país miscigenado, deveríamos buscar “alternativas” distintas das da Europa, em que nem a raça e nem o clima seriam mais pretextos para a formação de uma civilização decaída.

Passou a destacar, principalmente, como temas a educação e a saúde como formadoras de uma nova sociedade. Não que a questão da raça ainda não persistisse como veremos em Barroso, mas, para alguns intelectuais essa visão se mostrava falha, pois dessa forma, o Brasil não teria um futuro¹³.

Como relata Lúcia Lippi Oliveira (1990) os conceitos de nação e pátria, tiveram e terão conteúdos distintos entre diferentes povos e diferentes épocas. Para ela:

Não existe, nem nunca existiu, um único nacionalismo. O desenvolvimento do nacionalismo foi determinado pelos problemas que cada nação enfrentou ao procurar a realização de um destino comum que proporcionasse auto-identificação e sentido de pertencimento à sua população (OLIVEIRA, 1990, p.44).

Nesse sentido foi que os intelectuais brasileiros passaram a fazer parte da “construção do nacionalismo brasileiro”. A busca de uma identidade e a preocupação de sanarem os problemas que a formação dessa nova nação “civilizada” poderia trazer foi amplamente discutida por essa elite intelectual. Para os intelectuais brasileiros a questão principal era: como construir uma identidade nacional? Quando dizemos “construir” é no sentido mesmo de formação através de suas visões, pois, diferente dos europeus, nós teríamos de formar uma nação que não “tem um passado” para se

¹³ Retomaremos esse assunto de forma mais abrangente no próximo capítulo que destacaremos a eugenia e as políticas raciais no Brasil.

consolidar, pois, este passado, estava ligado ao império português, o que deveria ser deixado de lado. Precisava-se de uma formação própria, uma identidade própria, baseados no presente:

O presente é uma rememoração do passado. O pensamento científico de nossos autores está mais próximo da ideologia. Ele é fabricado a partir de motivações reais vividas no presente, possuindo ainda a possibilidade de se projetar para o futuro. Mito e ideologia se apresentariam aqui como duas tendências contrapostas do conhecimento, a segunda se associando aos grupos dominantes que teriam em princípio um projeto, ou a consciência do dilema de construção nacional (ORTIZ, 1985, p. 33-34).

Não à toa as ciências humanas ganharam destaque. A necessidade de entender o homem e construir um “passado-presente” foram essenciais na busca desse nacionalismo. Para Ortiz (1992), o Brasil e América Latina estão ligados à ideia de busca de uma identidade nacional. Para o autor, muito mais do que se questionarem sobre “quem somos?”, a pergunta principal era “o que não somos?”, baseados nos preceitos do positivismo, as questões referentes ao atraso, desenvolvimento, modernidade e modernização eram recorrentes. Para nos entendermos precisávamos entender o que nos faltava:

Os intelectuais do final do século têm necessariamente que enfrentar esta contradição entre uma vontade de civilização e as condições materiais que insistem em denegá-la. Por isso nossos folcloristas são menos otimistas do que os europeus. ... O passado que conhecíamos era um fardo do qual gostaríamos de nos libertar. Negros e índios, interpretados pelas teorias racistas, atestavam aos olhos da *intelligentzia* os entraves para a evolução. ...Não havia tanto a preservar, a roda da História empurrava a sociedade brasileira para um futuro ainda incerto (ORTIZ, 1992, p. 77-78, grifo do autor).

Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade brasileira, ou melhor, a identidade nacional brasileira será construída baseada em seus próprios mitos, buscando um “passado-presente” construído, com embasamentos científicos.

Dentro dessas percepções podemos destacar o papel do patriotismo através do nacionalismo. Para Chauí, a utilização do patriotismo como nacionalismo foi importante para camuflar a luta de classes:

Não por acaso, foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo quando deram ao “espírito do povo”, encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (conceito central das ciências sociais do século XIX), os critérios da definição da nacionalidade (CHAUÍ, 2000, p.12).

O nacionalismo passou a ser utilizado pela elite como forma de manipular a população para que a hierarquização social fosse aceita através do mito de “igualdade”, onde todos faziam parte de uma unidade em prol de algo maior: o Estado. Isso está ligado a visão corporativista do Estado que abordaremos mais na visão autoritária, onde cada um teria seu papel dentro da sociedade. Essa ideia de unidade foi muito importante para a formação de uma identidade, pois, como relata Chauí:

Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiro, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a invisibilidade nacionais (CHAUÍ, 2000, p.7-8).

Essa será a arma mais utilizada pela elite: o mito. Para Chauí:

Ao articulá-las, notaremos que o mito fundador opera de modo socialmente diferenciado: do lado dos dominantes, ele opera na produção da visão de seu direito natural ao poder e na legitimação desse pretensão direito natural por meio das redes de favor e clientela, do ufanismo nacionalista, da ideologia desenvolvimentista e da ideologia da modernização, que são expressões laicizadas da teologia da história providencialista e do governo pela graça de Deus; do lado dos dominados, ele se realiza pela via milenarista com a visão do governante como salvador, e a sacralização-satanização da política. Em outras palavras, o mito engendra uma visão messiânica da política que possui como parâmetro o núcleo milenarista como embate cósmico final entre a luz e a treva, o bem e o mal, de sorte que o governante ou é sacralizado (luz e bem) ou satanizado (treva e mal) (CHAUÍ, 2000, p.53).

A ideia do Estado como sujeito histórico, “apagando” a luta de classes, através do mito de unidade foi muito importante para que a elite intelectual pudesse falar pela população. A ideia de que tinham o “dever” de assumir esse papel é importante para entendermos o pensamento de Barroso, assim como, de grande parte dos intelectuais. Para Chauí e Franco (1978), a ausência de uma burguesia plenamente constituída, a

ausência de uma classe operária madura, a presença de uma classe média urbana de difícil definição histórico-sociológica, fez com que o papel do Estado preenchesse esse “vazio”:

[...] como único sujeito político e como único agente histórico real, antecipando às classes sociais para constituí-lo como classes do sistema capitalista (explicitando, portanto, a contradição capital-trabalho). O Estado cumpre essa tarefa transformando as classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões econômicas, sociais e políticas sejam encaradas como questão da nação. Nascido do vazio político, o Estado é o sujeito histórico do Brasil (CHAUI; FRANCO, 1978, p. 20-21).

Dentro dessa perspectiva Gustavo Barroso, assim como diversos intelectuais, se enquadra como veremos, em algumas das lógicas autoritárias, principalmente aquela ligada a hierarquização social, justificada pela ciência, especialmente a eugenia.

2.2 NACIONALISMO AUTORITÁRIO

Como vimos, o nacionalismo passou a ser tema de destaque em meio dos intelectuais no Brasil do início do século XX que buscavam uma identidade brasileira construída através de suas visões justificadas, principalmente, pela ciência.

Esse nacionalismo estava vinculado a uma nova visão, mais conservadora, que destacava o papel do Estado como interventor direto na sociedade, principalmente na vida das classes menos favorecidas, baseados em visões do que Beired (1999) chamou de *direita nacionalista* ou *nacionalismo de direita*, como já citado, que, pode ser chamada de *nacionalismo autoritária*, que, como veremos, se refere à direita autoritária brasileira.

O Brasil então passou a ser palco de desenvolvimento de uma nova direita política que sustentava bandeiras nacionalistas e antiliberais, surgindo um nacionalismo de caráter militante que propunham um programa de luta política em prol da salvação da nação, do qual o passado deveria ser “abandonado” para a construção de um novo futuro mais promissor e civilizado.

Para Boris Fausto (2001) o nacionalismo autoritário acreditava que para a construção de uma nação brasileira, devia-se desvincular de preceitos liberais, principalmente após a crise de 1929. Para Fausto, o que identifica os pensadores autoritários é a apreensão referente à construção nacional: “... No Brasil existia um povo, mas não uma nação e seu correlato: a identidade nacional...” (FAUSTO, 2001, p. 45), sempre ligado a um pessimismo referente ao futuro do país. A nação foi teorizada com uma entidade superior, transcendendo o indivíduo e a classe, colocando-se como antítese do marxismo e do liberalismo.

A ideologização da nação formada através da superioridade do Estado tinha de inculcar à consciência de todos os cidadãos a subordinação da própria liberdade aos princípios da autoridade, unidos em uma organização corporativa, sendo o trabalho e o desenvolvimento do Estado “superiores” a qualquer distinção social ou política. A realização histórica do Brasil deveria ser feita através do Estado. Para os intelectuais:

A compreensão das práticas políticas e ideológicas dos intelectuais nacionalistas de direita passa pela análise de auto-imagem que tais agentes desenvolveram sobre si próprios no interior de seu projeto autoritário. De acordo com uma visão elitista do processo social, achavam-se imbuídos de uma missão de salvação nacional, a qual se realiza por meio da orientação das classes dirigentes e da participação direta dos intelectuais na política e no Estado (BEIRED, 1999, p. 61).

Para Beired (1999), dentro da direita nacionalista brasileira havia pelo menos três vertentes de pensamento: *cientificista, católica e fascista*¹⁴. Todos, dentro de suas teorias, buscando uma forma de condicionar o Brasil em uma nação. Não era incomum

¹⁴ Beired destaca as vertentes: 1) Pólo científicista: congregava os intelectuais que encaravam a realidade social como um fenômeno evolutivo regulado por leis naturais. Enquanto na postura iluminista a razão era a fonte explicativa e norteadora da ação humana, na perspectiva científicista esse papel provinha do conhecimento científico. O trabalho intelectual deveria voltar-se para a descoberta das leis naturais que regiam o social, de modo a explicar e conduzir o desenvolvimento humano. O positivismo, que deixou profundas marcas no pensamento intelectual brasileiro, foi uma das expressões do científicismo. Francisco José de Oliveira Vianna e Antonio José do Azevedo Amaral são figuras representativas dessa corrente ideológica. 2) Pólo católico: tomamos o grupo de intelectuais que gravitavam em torno da revista católica *A Ordem* (1921-1945) e do Centro Dom Vital como sua mais pura expressão. Jackson de Figueiredo e depois Alceu Amoroso Lima, mais conhecido como Tristão de Athaide (1893-1983), foram seus principais líderes e referências intelectuais. 3) Pólo fascista: o integralismo foi a principal expressão dessa tendência da direita antiliberal, ao lado de outros movimentos menores. Centramos nossa atenção nos escritos de Plínio Salgado e Miguel Reale, dois dos principais líderes integralistas (BEIRED, 1999, p. 23-24).

os intelectuais perpassarem pelas três correntes. Como veremos Gustavo Barroso ao decorrer de sua carreira passou por essas três vertentes de pensamento.

Para Chauí e Franco, a ideologia autoritária tem como traços mais marcantes:

[...] postular uma consciência entre ideia de verdade (do pensamento) e a ideia de eficácia (de ação), o que implica em reduzir a práxis social e política a um conjunto de técnicas de ação supostamente adequadas para a obtenção de certos fins. Por conseguinte não é aberrante, mas necessário, que a debilidade teórica do pensamento autoritário seja solidária com sua eficácia prática. Outra visão que os diferia, como relata Fausto, do totalitarismo é a ideia de que essas elites tinham o papel de conduzir as massas irracionais, justificando a hierarquização social. Na realidade esse discurso tinha o intuito de manipular, contendo possíveis manifestações, mantendo a ordem social (CHAUÍ; FRANCO, 1978, p. 31).

Dentro da lógica autoritária para superar a crise do sistema ocidental – liberalismo- passou-se a empregar a ideia de corporativismo que tinha a função de organizar a sociedade em categorias ou partes funcionais. “... O objetivo era instalar um novo regime político em que o Estado fosse ao mesmo tempo corporativo, autoritário, intervencionista e nacionalista...” (BEIRED, 1999, p. 104). Essa é a principal distinção da política totalitária, pois diferente do totalitarismo, na política autoritária o Estado não cria organizações e representações, mas, as controla¹⁵.

Então, nessa perspectiva, os intelectuais autoritários, dos quais grande número fez parte da política, tinham o intuito de hierarquizar e controlar a sociedade para que ela “funcionasse” de forma mais eficaz, solucionando os problemas de nossa sociedade.

Desta forma, os intelectuais do período buscavam se enquadrar nos “novos moldes” sociais baseados, principalmente, em ideais positivistas de ciência e progresso, que estavam interligados, procurando respostas referentes às questões nacionais brasileiras que diferiam das europeias. Mas, muito além, a “nova elite brasileira”, precisava encontrar meios para se fixar no poder e controlar a sociedade, sendo o nacionalismo, aliado a eugenia instrumentos utilizados eficazmente por uma parcela dessa elite.

¹⁵ BEIRED (1999, p.107-111).

O nacionalismo no Brasil do início do século XX, como relata Renato Ortiz (1985), foi uma construção ligada principalmente às teorias raciais do período, que estavam em destaque em grande parte do mundo, que percebiam a miscigenação de nosso país como um “problema” a ser resolvido. Neste sentido, mostrou-se importante abordar novas vertentes sobre o pensamento racial para a constituição de um “povo verdadeiramente brasileiro”. Como o autor destaca:

O que propõem os intelectuais de período é a construção de uma identidade de um Estado que ainda não é. As modificações realizadas na esfera sócio-econômica (fim de uma economia escravagista, emergência de uma classe média) ainda não tinham se consolidado no interior de uma nova ordem social. Vivia-se um momento de transição, e neste sentido as teorizações sobre a realidade brasileira refletiam necessariamente o impasse vivenciado (ORTIZ, 1985, p. 34).

Verificando toda a questão referente ao nacionalismo no Brasil e o papel que os intelectuais tiveram na construção do mesmo, podemos afirmar que, segundo Fausto: “... os nacionalistas autoritários constituíam uma corrente cientificista...” (FAUSTO, 2001, p. 19).

Por esse motivo a Eugenia foi utilizada por esse meio, sendo uma ciência amplamente difundida nesse período, “auxiliava” esses pensadores a desvendar as questões referentes ao povo brasileiro e sua formação.

Podemos afirmar que Gustavo Barroso estava engajado fortemente com os ideais autoritários, bebendo dos diferentes polos citados anteriormente. A ideia de hierarquização corporativista, como veremos, foi embasada por Barroso dentro da lógica cientificista, especialmente pela eugenia, mas, ele se valerá ainda de ideais católicos e fascistas para legitimar seu nacionalismo autoritário e a tomada de poder de uma elite. Elementos que, posteriormente, em seus discursos se combinarão, em um espectro mais radical, com um antissemitismo militante.

Então, temos nesse período a formação de uma elite intelectual, que passa a ser interlocutora dos problemas brasileiros. Como relata Fausto (2001), os intelectuais desse período tem a necessidade de “explicar o Brasil”, mas, obviamente, tinham objetivos, no caso de Gustavo Barroso, bem claros.

Abordaremos a seguir a formação da ciência eugênica, e suas diversas vertentes, destacando as que mais se aproximaram do discurso de Gustavo Barroso.

3. EUGENIA EM GUSTAVO BARROSO

Purificar a raça. Aperfeiçoar o homem. Evoluir a cada geração. Se superar. Ser saudável. Ser belo. Ser forte. Todas as afirmativas anteriores estão contidas na concepção de eugenia. Para ser o melhor, o mais apto, o mais adaptado é necessário competir e derrotar o mais fraco pela concorrência. Luta de raças. Para a política, luta de classes. (DIWAN, 2012, p.21)

Pretendemos abordar nesse capítulo a visão eugenista de Gustavo Barroso, anterior ao integralismo, e sua influencia na construção de seu ideal nacionalista autoritário e na busca da formação de um “povo perfeito”, assim como, posteriormente, na formação de seu pensamento mais radical dentro da AIB. Para isso, abordaremos como a eugenia passou a ser um tema recorrente em seus discursos integralistas.

3.1 EUGENIA

A Eugenia foi uma ciência amplamente difundida na Europa em meados do século XIX, passando a influenciar a América fortemente. Seu objetivo principal era a “melhora” do ser humano, biológica e socialmente. Pietra Diwan (2012), nos lembra que a sociedade, desde a antiguidade, sempre buscou um aperfeiçoamento do homem e da sociedade, com o intuito de instituir a superioridade de certos grupos no poder, mas, o que distingue o século XIX, foi a utilização da biologia como aparato legitimador:

[...] historicamente, houve sempre o desejo de se proclamar a superioridade de um grupo sobre outro, de uma teoria sobre a outra, ou mesmo de um tipo de regime político sobre outro. Os melhores, os eleitos, os superiores sempre foram desejados pelo poder.

[...] Mas, a novidade do século XIX em relação a todas essas sobreposições teóricas seculares e todas essas temporalidades foi o advento do conhecimento

biológico e sua influência na vida social, entendendo-as como espécie, o que Foucault chamou de biopoder (DIWAN, 2002, p. 27).

A eugenia surgiu em meio à busca de novas respostas pela ciência de explicar a sociedade e identificar os papéis de cada um dentro da mesma, num período onde a ciência ganhou grande destaque, dentro dos ideais positivistas de progresso e civilidade. Segundo Stepan, "... Em termos práticos, a eugenia encorajou a administração científica e "racional" da composição hereditária da espécie humana..." (STEPAN, 2005, p. 9).

Segundo Schwarcz (2012), o termo *raça*, foi introduzido no século XIX, por Georges Curvier, que acreditava na existência de heranças físicas permanentes entre diversos grupos humanos. A partir daí, floresce essa nova vertente de pensamento, afastando-se do pensamento iluminista de unidade e igualdade e aproximando cada vez mais a ideia de *raça* com a noção de povo e cidadania, passando a buscar respostas e novas abordagens sobre as distinções culturais e biológicas dos diversos grupos sociais.

Duas grandes vertentes tiveram destaque na busca de uma explicação da origem do homem e suas diferenças no século XIX: a monogenia e a poligenia. A primeira, dominante até meados do século, tinha uma proximidade com as escrituras bíblicas, que acreditava na origem comum do homem, o Adão mítico, mas, ainda assim, tentava-se explicar a distinção entre os homens, apesar de sua origem comum, havendo grupos mais próximos à perfeição e outros degenerados, inferiores, ou melhor, mais próximos ou mais distantes do Éden. A segunda, a partir da metade do século XIX, passou a obter maior destaque através do crescimento das ciências biológicas, contestando o dogma religioso, acreditando na origem distinta de seres humanos, não de um mesmo antepassado comum. Para Schwarcz (2012), esse tipo de pensamento estava relacionado com o surgimento de diversas ciências deterministas, que tentavam explicar as distinções entre os homens e suas capacidades de forma hereditária. Destacam-se a *frenologia*, a *antropometria* e a *craniologia técnica* (estudos relacionados aos tamanhos dos cérebros e do índice cefálico) e a *antropologia criminal* (criminalidade hereditária). A poligenia mostra uma nova visão sobre o homem,

diferenciando-os em espécies e capacidades distintas, o que contribuirá para o surgimento da eugenia (SCHWARCZ, 2012, p.64 - 67).

A busca por explicações para a construção de uma nova hierarquização biológica afetou diretamente diversas disciplinas do período, passando a fazer parte de diversos escritos. A sociologia, por exemplo, passa a ter maior destaque, passando a utilizar a biologia como base para explicações sociais e as diversas distinções civilizatórias. Esse imaginário coletivo foi construído com base nas ideias positivistas, que passaram a reger o ideal de ciência, exaltando o racionalismo e o progresso.

Mas, foi o livro de Charles Darwin, *A Origem das Espécies*, divulgado em 1859, que transformou a sociedade, através de sua teoria evolucionista. O darwinismo passou a influir diretamente a sociedade e diversas disciplinas, não somente biológicas, mas, a antropologia, sociologia, história e economia. O impacto de sua teoria modificou radicalmente a visão do surgimento do próprio ser humano. Ao analisar diferentes espécies e suas transformações, através de adaptações e evoluções, selecionando os mais fortes e aptos, logo, essa teoria passou a ter diversas interpretações, em diversos ramos de estudos, adequando-as a nossa sociedade. Na psicologia, sociologia, história, pedagogia, literatura, todos passaram a empregar o evolucionismo de alguma forma. Também auxiliou para o destaque da poligenia, pois essa, ao contrário da monogenia, se distanciava do dogma religioso, e se aproximava da ciência, o que foi muito importante tanto para o surgimento do darwinismo social, quanto para a própria eugenia.

O evolucionismo passou a ser base tanto nas teorias monogenistas, como nas poligenistas. A monogenia, segundo Schwarcz, se destacou na Antropologia cultural ou etnologia social, que aderiram fortemente as ideias positivistas de civilização e progresso, que apesar de, acreditarem em um mesmo antepassado em comum, algumas civilizações se mostravam mais evoluídas do que outras - logicamente a branca europeia - e que as outras estavam em estágios menos avançados, mostrando uma hierarquização social (SCHWARCZ, 2012, p.75).

Já a poligenia, acreditava que as raças eram espécies distintas, que não poderiam misturar-se, pois isso levaria a degeneração do homem, demonstrando um determinismo racial. A ideia de civilidade estava relacionada a raças que são

naturalmente mais civilizadas do que outras, e não haveria como as ditas “inferiores” chegarem ao seu grau de civilidade, pois, isso estava relacionado a sua composição biológica: “... Para os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória...” (SCHWARCZ, 2012, p.80). Apesar de a poligenia ser mais radical que a monogenia, ambas demonstravam a superioridade europeia branca como civilizadora. Para Schwarcz:

A novidade estava, dessa forma, não só no fato de as duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como atribuírem ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural (SCHWARCZ, 2012, p. 72).

Através dessa ótica evolutiva, que passou a ser empregada no meio social, o evolucionismo social, surgiram paralelamente outras correntes de pensamento, de cunho determinista. Uma delas foi a escola *determinista geográfica*, tendo como representantes Ratzel e Buckle, acreditando que o desenvolvimento humano estava relacionado ao meio. Outra foi de cunho racial: o *darwinismo social*, ou *teoria das raças*, que via a miscigenação como degeneração da espécie, que acarretaria na degeneração social (SCHWARCZ, 2012, p. 75 -78).

O darwinismo social adequou o evolucionismo a nossa sociedade, destacando principalmente as ideias de competição, seleção do mais forte, evolução e hereditariedade. Retomará o conceito poligenista, denotando a “seleção natural” e a mestiçagem racial, visto como degeneração das raças, pois, seria o cruzamento entre espécies distintas.

O embate entre a ideia de degeneração ou desenvolvimento determinada ou pelo meio, ou pela própria “raça”, formou diversas correntes de pensamento, dividindo o próprio eugenismo.

O darwinismo social teve grande destaque no período, mas, não foi a única corrente de pensamento. Na realidade, havia uma ebulição de ideias e pesquisas para encontrar respostas sobre a formação do homem e as mazelas da sociedade. Uma corrente de pensamento que também obteve grande destaque foi o lamarckismo. Foi uma teoria proposta no século XIX criada pelo biólogo francês Jean-Baptiste Lamarck

para explicar a evolução das espécies. Lamarck acreditava que mudanças no ambiente causavam mudanças nas necessidades dos organismos que ali viviam, causando mudanças no seu comportamento. O Lamarckismo baseia-se em duas leis, descritas por Lamarck no livro *Philosophie zoologique*: Lei do Uso e Desuso e Lei de Transmissão dos caracteres adquiridos. Se distingue de Darwin, pois o meio, para o pesquisador, era a principal causa das mudanças biológicas (STEPAN, 2005, p. 32).

Outra teoria que não podemos deixar de lado, que foi fundamental para a formação de uma das vertentes da eugenia, foi o mendelismo. Entre as principais premissas do modelo teórico proposto por Mendel, inclui-se aquela segundo a qual as características de um ser são determinadas por fatores hereditários, presentes aos pares em um indivíduo. Um dos fatores seria herdado do pai, o outro da mãe. Esses fatores seriam imutáveis, não sofrendo influência do ambiente, mas apenas do processo de segregação dos fatores ocorrido durante a formação dos gametas. Essa noção, que propõe a não interferência do meio no mecanismo de hereditariedade, foi muito importante para o movimento eugenista, ainda que no contexto em que foi publicada não tenha obtido imediato reconhecimento (PRIOR, 2013, p. 89).

Outras correntes de pensamento também surgiram, baseados no evolucionismo de Darwin, como as de Herbert Spencer e Piotr Kropotkin¹⁶. Mostrando-nos que havia grandes divergências de pensamento, num período em que a ciência nunca teve tanto destaque.

Esses pensamentos estavam ligados à exaltação da ciência, através da corrente positivista, acreditando em um progresso e uma melhora da sociedade, não apenas material, mas social e do próprio homem, de seu corpo. Esse determinismo teve grande impacto na sociedade, através de pesquisas e da própria intervenção direta do Estado no corpo e vida das pessoas. O higenismo, por exemplo, também se apresentava como base para a “melhora” do ser humano, fundamentando-se na ideia lamarckista, onde o meio ambiente e o comportamento têm a capacidade de influenciar

¹⁶ **Herbert Spencer** escreveu *Principles of Biology* (Princípios da Biologia) de 1864, fazendo um paralelo entre a economia- liberalismo- e as teorias sobre evolução de Darwin. Neste livro que se encontra a frase mais conhecida de Spencer "sobrevivência do mais apto" relacionando com a sociedade e as estruturas econômicas liberais; **Piotr Kropotkin** foi um dos principais pensadores anarquistas do fim do século XIX, referente ao darwinismo social escreveu *Взаимопомощь как фактор эволюции* (Mutualismo: Um Fator de Evolução) de 1902, relacionado as cooperações animais como uma forma de formação de nossa sociedade.

os caracteres hereditários, acreditando nas políticas sanitárias e educação como forma de “melhoramento”, que no Brasil, teve uma grande ligação com o eugenismo.

Em meio a todos esses pensamentos surgiu a Eugenia, que como as outras teorias, se diferenciava de acordo com o intuito, mas, se destacou principalmente, nos movimentos de extrema direita. Para Schwarcz:

Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social – a eugenia –, cuja a meta era intervir na reprodução das populações (SCHWARCZ, 2012, p. 78).

A eugenia foi amplamente estudada por diversos intelectuais, ligados principalmente à área biológica. O termo foi cunhado pela primeira vez, em 1883, pelo primo de Darwin, Francis Galton, considerado o pai da eugenia. “A palavra, segundo Schwarcz (2012), significa: *eu*: boa; *genia*: geração”, e espalhou-se em grande parte do mundo, mas não da mesma forma, passando a se adequar, à localidade e intencionalidade.

Francis Galton nasceu em uma família aristocrata na cidade de Birmingham, Inglaterra, dedicando-se, assim como grande parte dos intelectuais do período, a ciência. Era neto de Erasmus Darwin e Samuel Galton, ambos membros da sociedade lunar, formada por médicos, advogados, comerciantes e industriais. Seu pai, médico, o fez iniciar a faculdade de medicina, mas, logo o convenceu a estudar matemática em Cambridge, mas, acaba retornando a medicina após fracasso acadêmico. Após a morte do pai, abandona a faculdade de medicina definitivamente e passa a dedicar-se a projetos pessoais, ligados a geografia e clima. Retornando a seus empreendimentos após a publicação do livro de Darwin, *A Origem das espécies*. Livro este que teve grande impacto em sua vida e para a formação de sua teoria eugenista, acreditando no aperfeiçoamento da raça humana, e que esta, poderia tornar-se uma nova religião (DIWAN, 2012, p. 37-46).

Inicia assim seus estudos referentes a raça e sua relação social. Inicialmente auxiliado por Darwin, mas, distanciados após a teoria da “pangênese”, na qual,

segundo Darwin, os caracteres transmitidos podem ser alterados pelo meio ambiente, e na teoria de Galton, o meio não poderia influir na carga hereditária.

Essa foi a base de seus escritos a partir desse momento. Para Galton, tanto “qualidades e defeitos” são hereditários, e não podem ser mudados, ou seja, tanto o talento, quanto doenças mentais e crimes são heranças genéticas. Seu principal objetivo passa a ser a busca da “melhora” do ser humano.

Em 1869 publica o texto que até hoje é considerado fundador da eugenia: *Hereditary genius*. Segundo Schwarcz: “... Nesse livro, Galton buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação...” (SCHWARCZ, 2012, p.79).

Segundo Diwan, o darwinismo social era um bom argumento para a burguesia industrial legitimar sua permanência no poder. A eugenia foi utilizada pela burguesia com o intuito de institucionalizar o preconceito através da ciência, onde os pobres passaram a ser uma raça degenerada. “... O triunfo burguês afasta a nobreza e os pobres com respaldo da ciência...” (DIWAN, 2012, p.33).

Todas essas pesquisas tinham como discurso a busca da melhora do ser humano e da sociedade, mas, como veremos, na grande maioria das vezes, esses discursos tinham um viés determinista, que advinha de uma elite, que tinha como principal objetivo hierarquizar, ou ainda, eliminar, os “indesejáveis”.

A eugenia, assim como as outras ciências destacadas, teve várias vertentes de pensamento, como já citado anteriormente. Ela foi dividida, em 1909, pelo médico C. W. Saleeby em duas vertentes: a positiva e a negativa. A primeira ligada ao pai da eugenia, Francis Galton, que tinha como objetivo estimular o casamento entre os “bem dotados biologicamente”, através de programas educacionais para a reprodução de casais saudáveis e desencorajando a reprodução de pessoas “inferiores”. Já os adeptos da eugenia negativa, a mais extrema, e que daremos maior destaque:

[...] visavam prevenir os nascimentos dos “indesejáveis” biológica, psicológica e socialmente através de métodos mais ou menos compulsórios. A eugenia negativa postulou que a inferioridade é hereditária e a única maneira de “livrar” a espécie da degeneração seria através da esterilização eugênica (consentida ou não); das licenças para a realização de casamentos e das leis de imigração restritiva, por definição, a eugenia negativa prevê também métodos como a eutanásia, o infanticídio e o aborto (DIWAN, 2012, p.50, grifo nosso).

Também podemos encontrar uma terceira vertente da eugenia, identificada por Stepan (2005) como “eugenia preventiva”. Segundo a autora, esse tipo de eugenia foi amplamente difundida na América Latina, baseada em ideologias lamarckistas, apoiado no higienismo, ligando a saúde racial ao ambiente sanitário, ou seja, acreditava-se que os “venenos raciais” (álcool, nicotina, morfina, doenças venéreas, outras drogas e infecções) poderiam levar a degeneração permanente do indivíduo, assim como, passar hereditariamente e por fim, afetar populações ou nações inteiras.

A ideia eugênica negativa foi rejeitada por grande parte dos eugenistas do início do século XX, como destaca Diwan (2012), mas, será retomada fortemente nos anos 30, principalmente pela Alemanha nazista, implantando tais medidas nos países ocupados.

Precisamos lembrar que os escritos sobre a busca de uma melhora social e até biológica, circulavam vigorosamente em meio à sociedade, sendo adequadas de acordo com os interesses de diferentes vertentes intelectuais, políticas, econômicas, entre outros. Para Gualtieri:

[...] – o darwinismo, o haeckelismo e o spencerianismo- deram argumentos para o debate social, político e econômico que estavam ocorrendo no país e para a formação do espírito crítico. [...] em cada uma dessas correntes, havia elementos os quais facilmente se converteram em instrumentos de explicação da realidade e, sobretudo, forneceram argumentos considerados científicos para o projeto de transformação política e social que vinha sendo elaborado por uma parte de nossas elites (GUALTIERI, 2008, p. 13).

O que podemos verificar foi que as ciências desse período foram utilizadas amplamente como aparato político, e meio de persuasão de acordo com os interesses de quem as utiliza, travestidas de neutralidade, podendo justificar modelos impostos de visões de determinado grupo. Segundo Gualtieri:

A eugenia esteve associada a projetos de intervenção social que pretendiam gerir a qualidade de vida e a dinâmica demográfica das populações humanas, isto é, projetos que buscavam promover de modo racional ampla seleção dos considerados bons exemplares humanos do ponto de vista biológico e moral, a fim de que as sociedades futuras viessem a ser povoadas apenas pelos melhores estoques (GUALTIERI, 2008, 92-93).

A seguir veremos como a Eugenia teve espaço no Brasil e como ela foi inserida nos discursos de uma sociedade miscigenada.

3. 2 EUGENIA NO BRASIL

Como veremos, o tema eugenia é um pouco controverso, principalmente relacionado à América Latina, e para nós, especificamente ao Brasil, pois, é uma pesquisa relativamente nova que se tem muito ainda a aprofundar.

Como verificamos no capítulo anterior o nacionalismo foi tema recorrente no Brasil do início do século, pois, havia uma preocupação com a formação de nosso país e de seu povo. Baseados em conceitos científicos, a elite intelectual buscava respostas para as questões que acreditavam ser relevantes, e, entre elas, para alguns deles, a eugenia se mostrou indispensável, visto que ela estava dentre as “ciências mais modernas” do período.

Dentro desse contexto, a eugenia emergiu nos discursos dos intelectuais como forma de transformação social, que poderia “melhorar” a sociedade brasileira e sua população, dentro de nossas especificidades: um país onde ainda havia resquícios da escravidão e que buscava “adentrar” aos moldes da modernidade e progresso, baseado em um determinismo biológico, científico e tecnológico.

A eugenia foi amplamente discutida por diversas vertentes de pensamento, mas, com suas singularidades. Devemos lembrar que neste período a ciência e a modernidade tinham papel de destaque em todos os meios e que, acreditava-se que por elas a humanidade poderia resolver todos os problemas sociais através do progresso no seu significado mais amplo.

A eugenia não foi vista de uma forma “homogênea” como destaca Prior (2013), ela era “adequada” de acordo com as “necessidades” de cada localidade. Segundo Prior:

Os movimentos eugenistas que se configuraram pelo mundo não foram de maneira alguma homogêneos, tampouco consensuais. O principal debate norteador dos movimentos foi o que se travou entre a base teórica lamarckista (ou neolamarckista) e a mendelista. A primeira vertente – pautada pelo pressuposto lamarckista da interferência do meio nos caracteres hereditários – considerava a influência do meio no processo evolutivo e, portanto, na prática, passou a ser relacionada com as medidas de saneamento e higienismo. Já os pressupostos mendelistas consideravam os caracteres hereditários como imutáveis por não sofrerem interferência do meio. Para os eugenistas adeptos dessa convicção, não seria útil, portanto, a melhora das condições de existência, mas sim das condições biológicas. Acreditavam que, baseado nelas, viria o progresso (PRIOR, 2013, p.89-90).

Mas, como veremos, essas duas visões que destaca Prior: lamarckista e mendelista, poderiam se encontrar “auxiliando” uma a outra, havendo distinções nos próprios pensamentos dos intelectuais eugenistas.

Ressaltamos também que a eugenia não foi uma ciência pesquisada e utilizada exclusivamente pela direita, ou extrema-direita, ela perpassou por diversas visões políticas, como nos mostra Queluz, que destaca os anarquistas:

De modo geral, no pensamento libertário, a eugenia será vista como caracteristicamente antiestatal, opositora de práticas intervencionistas sobre os corpos e de restrição às liberdades individuais, enfatizará a educação sexual e o combate preventivo aos fatores sociais disgênicos que impossibilitariam o aperfeiçoamento humano (QUELUZ, 2013, p.133).

Para Stepan (2005) o Brasil, assim como a América Latina, diferia da eugenia mais “dura” empregada em outros países como Estados Unidos, e alguns países da Europa, ligado mais a uma vertente lamarckiana, próxima a políticas sanitárias que foram amplamente empregadas no início do século no Brasil.

Mas, para Santos (2009), essas visões sobre a eugenia no Brasil e na América Latina se mostram um pouco deturpadas, pois normalmente há uma “exaltação” das eugenias germânicas ou estadunidenses, como eugenias “negativas”, como ciências “verdadeiras”, em detrimento da eugenia Latina, que se mostra como uma eugenia mais “social”, normalmente ligada a ideia da miscigenação e a sua “incompatibilidade”. Ele não nega a visão lamarckiana utilizada por alguns eugenistas, mas, lembra que tanto as eugenias positivas (educação, incentivo e regulação da procriação dos capazes), preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento ambiental) e negativa

(evitar a procriação dos considerados incapazes), estavam presentes no contexto brasileiro e se correlacionando na busca da formação de uma sociedade moderna, com o intuito de “apagar os símbolos da degeneração”. Para o historiador:

Dos sanitaristas, que negavam as teses da inata indolência tropical, vieram os remédios para um futuro promissor: a educação higiênica e as ações públicas sanitárias. As condições sanitárias teriam de modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Eugenistas e sanitaristas entendiam que as reformas das políticas públicas de saúde aprimorariam a capacidade hereditária. Práticas associadas com a eugenia exemplificam a filiação neolamarckista: campanhas contra o alcoolismo e as doenças sexualmente transmissíveis. Em suma, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um “tipo nacional”, com teses de que o futuro eugênico seria resultado do saneamento das áreas rurais e urbanas, além da educação higiênica que propiciaria a criação e manutenção da nova ordem. *Essa amplitude de técnicas eugênicas não consistia em interpretação errônea de teorias científicas originais, nem mesmo numa cópia importada sem critério, mas sim na construção de um pensamento eugênico brasileiro* (SANTOS, 2009,10-11, grifo nosso).

A eugenia chegou ao Brasil, segundo Prior (2013), baseada nos ideais europeus, relacionada principalmente com a formação moral dos indivíduos, ligada à mestiçagem:

A recepção da eugenia no Brasil se deu em meio a um contexto propício para o desenvolvimento científico institucional. E se as produções não se resumiam às questões evolucionistas então em voga, é certo que elas ocuparam um papel importante. (Gualtieri, 2008). Dos empreendimentos científicos de D. João VI – que no Brasil criou importantes centros de pesquisas e disseminação de estudos como institutos, museus e faculdades de Direito e Medicina – aos estudos aqui realizados por viajantes, havia, desde o século XIX, influências das teorias racistas e degeneracionistas como condutoras da visão sobre a composição racial do brasileiro. A eugenia se tornou assim o pano de fundo das discussões sobre os rumos do país que estaria sujeito a um tipo de promiscuidade racial alarmante (PRIOR, 2013, p.91).

Santos complementa essa contextualização argumentando que as ideias advindas da Europa e Estados Unidos tiveram grande impacto na formulação de uma identidade brasileira tanto no controle da população de ex-escravos, como também “... almejavam construir um mundo moderno e científico, colocando o Brasil nos trilhos do progresso...” (SANTOS, 2009, p. 6).

Os intelectuais, como já havíamos mencionado no capítulo anterior, buscavam alternativas para a formação de um povo brasileiro, e assim, como a ideia de formação de uma nação, suas visões sobre a eugenia também, estavam sendo debatidas e criadas.

Um dos principais pesquisadores e propagadores de ideias eugênicas foi sem sombra de dúvida Renato Kehl. Médico considerado “pai da eugenia no Brasil”, por Monteiro Lobato, dedicando-se arduamente no período de 1917 a 1937 a divulgação dessa ciência através de livros, artigos e entrevistas, tanto no Brasil como no exterior, tendo grande reconhecimento em diversos países, sendo também editor de diversos periódicos e revistas nacionais destacando entre eles o *Boletim da Eugenia* que circulou entre 1929 a 1933. Fundou a sociedade eugênica de São Paulo e a Comissão Central Brasileira de Eugenia. Assim como a maioria dos intelectuais seus pensamentos foram marcados pelas diversas transições que o país passava, como já descrito e passou a aprofundar seus estudos sobre essa ciência (SOUZA, 2006, p. 65-66).

Outros intelectuais aderiram as ideias eugênicas, não talvez com a mesma intensidade que Renato Kehl, mas discutiam e escreviam sobre o assunto como: Monteiro Lobato, Belisário Penna, Roquette-Pinto, Octávio Domingues, Oliveira Viana (SANTOS, 2009).

Não iremos nos aprofundar em quais eram as visões desses intelectuais, pois não é esse nosso intuito, só queremos destacar que os pensamentos eugênicos não eram isolados, faziam parte do cenário nacional, não há como apontar para apenas um. Como relata Santos (2009, p. 3): “...Um intelectual carrega idéias, argumentos, dialoga e relaciona-se com outros atores...”. Nesse sentido entenderemos como se destacou o pensamento de Gustavo Barroso.

A eugenia no Brasil, assim como na América Latina, segundo Stepan (2005) teve papel fundamental nesses discursos, pois acreditava-se que através dela os países poderiam se destacar no cenário mundial. A ideia de modernidade e civilidade eram bases para a transformação social e a eugenia era o símbolo máximo delas, ligando ela assim, ao nacionalismo, a questão social destacada no capítulo anterior. Para Souza:

Falar sobre a eugenia significava automaticamente pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a “nova religião da humanidade”, tamanho a admiração e a crença que os “homens de ciência” depositavam neste saber científico (SOUZA, 2006, p. 19).

Desta forma, surgiu uma ciência determinista, que, em sua forma mais radical, tinha como intuito hierarquizar a sociedade entre mais e menos aptos, como forma de controle total, sendo, obviamente, os mais aptos a elite branca burguesa. Esse controle, fez com que o Estado, em alguns países, inclusive na América, como Estados Unidos, Argentina, Chile, no início do século XX, interviesse diretamente na vida das pessoas, desde a restrição de imigrantes às medidas de esterilização.

Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos de 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (SCHWARCZ, 2012, p. 79).

A adoção pelo Estado dessas medidas “preventivas” de controle da população vem de encontro com o que Foucault denominou de *biopoder*. A intervenção direta na vida das pessoas, escolhendo com quem poderiam casar-se, ou ainda, se poderiam ter filhos, demonstra o controle total da vida, aparados pela ciência, com objetivos claramente políticos.

[...] os traços biológicos de uma população tornam-se fatores relevantes para a administração econômica e torna-se necessário organizar ao seu redor um aparato que vai afirmar não apenas a sua sujeição, mas também o crescimento constante de sua utilidade (FOUCAULT, 2005, p. 109-110).

Veremos a seguir como a eugenia teve influencia no pensamento de Gustavo Barroso e como este, passou a incorporá-los em seus discursos, principalmente políticos/nacionalista. Como destaca Stepan, a eugenia como ciência amplamente discutida no período teve um papel relevante no meio social: “... a ciência é vista como

uma força produtiva que gera conhecimento e práticas que conformam o mundo em que vivemos...” (STEPAN, 2005, p. 17).

3.3 GUSTAVO BARROSO: EUGENIA E O DISCURSO NACIONALISTA

Como já abordamos anteriormente, Gustavo Barroso fazia parte do meio intelectual, em um período de grandes transformações e como tal foi reconhecido em seu tempo.

Sendo principalmente lembrado pela sua ligação com o integralismo, e pelo seu pensamento antissemita, pode-se verificar que, Barroso, na realidade, demonstrava um pensamento conservador anterior a sua adesão ao integralismo, fato este geralmente “esquecido”, na tentativa de buscar uma visão mais amena aos seus escritos anteriores ao integralismo, ligado principalmente ao folclore nordestino.

Como já destacado, o nacionalismo brasileiro foi marcado pela questão racial, que para os intelectuais do período, não estava ainda resolvida. Precisava-se encontrar uma identidade nacional, uma “raça genuinamente brasileira” e Barroso não diferia, nesse sentido, dos outros intelectuais que buscavam essa resposta. Para isso, utilizou de argumentos eugenistas na busca da formação de um povo brasileiro moral e etnicamente qualificado (o que, a seu ver seria a mesma coisa).

Nosso intuito é destacar a formação do pensamento de Gustavo Barroso, através da eugenia, como já citado. Como relata Diwan, no final do século XIX, já haviam chegado ao Brasil os ideais eugênicos¹⁷, que passaram a influir diretamente sobre diversos intelectuais, inclusive, Barroso.

¹⁷ Souza Lima (1842-1921) é considerado o precursor da tentativa de implantar medidas eugênicas no Brasil por causa de sua conferência proferida na Academia Nacional de Medicina em 1897, intitulada “Exame pré-nupcial”. Em 1912, Horácio de Carvalho publicou artigo no jornal O Estado de S. Paulo, em que apresentou noções sobre o desenvolvimento da campanha na Inglaterra. Em 1913, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães, docente da Faculdade de Medicina da Bahia e diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, proferiu a conferência “Pró-eugenismo”, em Salvador. Em 1914, sob a orientação do professor Miguel Couto, o médico Alexandre Tepedino apresentou a tese “Eugénia” à Academia de Medicina do Rio de Janeiro e, no mesmo ano, o filólogo João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, consolidou o termo “eugenia”, julgando ser a melhor tradução para o português. Outros artigos, como os de autoria de Erasmo Braga, ou o opúsculo “Melhoremos na nossa raça”, publicado em 1916,

Para iniciar a análise do pensamento de Gustavo Barroso, destacamos um texto escrito em 1909 que denominou *A Derrocada*¹⁸, onde já denota uma forte visão nacionalista, baseada na ideia de progresso:

A derrocada da nação se accentua dia a dia; o descalabro do paiz é palpavel a todos.

A razão de tudo isso está na nossa organização politica, na nossa dogmatica e plagiada constituição: e mesmo até na falta do baptismo purificador de sangue, que ha de produzir muita dôr e muita afflicção, mas que será o pollem fecundante, que regenerará a sociedade brasileira, produzindo uma geração nova e austera que vio as barricadas nas ruas, as poças fumegantes do sangue dos recontros e lucto, fuzil em punho, em defesa de seus direitos postergados!...

Dessa explosão surgirá o que nos é preciso - um homem de contextura granitica, ferreo e honrado, tendo no peito entranhado amor á terra do berço, no rosto o desprezo profundo do estrangeiro, que se apoie na bruteza fria da espada, e que leve a pontapés e a chicote a nação inteira estrada do *Progresso* em fóra, embóra nella deixe rastos de sangue que envolta com a lama lhe salpique o centro, pois o juizo imparcial dos posteros, ha de lava-los com a agua limpida dos beneficios que deixar..." (grifo nosso).

Como verifica-se, Barroso demonstra uma grande preocupação com a decadência da nação brasileira, que necessitaria de uma nova formação, de um novo homem, que, aos seu ver, ocorreria através da luta social. Esse trecho demonstra a visão da construção de um novo povo, baseados em preceitos nacionalistas, através de uma forte simbologia. Ele demonstra, em sua visão, repleta de imagens românticas, que a mudança é necessária e será na dificuldade, no sangue, que se moldará um novo homem. Também destacamos a ideia de progresso que denota em seu discurso, mostrando que estava preocupado, assim como grande parte dos intelectuais, como vimos, com a formação de um novo país ligado aos preceitos modernos do período. O progresso está intimamente ligado à formação da nação, mas, o progresso que Barroso destaca, não é o da visão burguesa/liberal. Como vimos no capítulo sobre nacionalismo, o progresso, para ele, se mostra muito próximo ao ideal conservador descrito por Oliveira:

pelo eugenista inglês residente no Brasil, Charles W. Arminstrong fizeram parte dessa fase inicial (PRIOR, 2013, p.91-92).

¹⁸ Não consta a data específica nem o jornal em que foi escrito, recorte do acervo do MHN.

O combate tem como meta salvar a civilização. O sentimento do trágico e o amor à guerra se inserem neste processo de regeneração que se ergue contra o pacifismo burguês. A luta deve destruir o individualismo que transforma os homens em átomos, em mercadoria. Neste sentido, o novo nacionalismo opõe-se às premissas da democracia, enquanto regime guiado pelo homem comum, indiferenciado (OLIVEIRA, 1990, p. 72).

Apesar de não demonstra nesse trecho uma visão claramente eugenista, indica sua preocupação com a formação de uma nação, e principalmente, do povo que fará parte dessa nação, e que, irá de encontro, posteriormente com a construção de seus discursos ligados a eugenia.

Acreditamos que Barroso mostra pela primeira vez sua visão eugenista, em 1916, período em que era deputado federal do Ceará, demonstrando sua simpatia à eugenia através de suas propostas de controle da imigração.

Alguns dias antes de apresentar o projeto, ele escreve na revista *Fon-Fon*, em 16 de Setembro de 1916, um texto que corrobora com sua visão eugênica. Utilizando o pseudônimo de *Jotaenne*, a história, intitulado “Ganhar Dinheiro”, relata um domingo em que encontra *Claúdio França* (também pseudônimo do autor) assistindo a um jogo de futebol. No decorrer do artigo relata sua visão sobre o povo brasileiro, referindo-se às pessoas que se encontravam ali, normalmente de forma depreciativa.

A primeira coisa a se destacar no texto é a emersão do tema trabalho e a relação com o fim da escravidão, na fala de *Claúdio* direcionada a *Jotaenne*:

- Com a escravidão que se foi, passou um tanto do preconceito brasileiro de que o trabalho, principalmente o do campo, deslustra e deshonra. Consequencia lógica: desapareceu quasi a mania de ser bacharel, que a influencia dos militares no começo da Republica transformára no ardente desejo de ser alferes e positivista (*Fon-Fon*, 16 de Setembro de 1916).

Sabemos que com o fim da escravidão, passou-se a valorizar o trabalho produtivo e a mão de obra livre. O trabalho, ainda tendo uma concepção negativa na sociedade brasileira, principalmente o manual, ligado ao imaginário social do trabalho escravo, mostrou a necessidade de ser ressignificado, levando a civilização e ao crescimento econômico e moral. Mas, como vemos na visão barrosiana isso não foi de

todo positivo. Acredita, aparentemente, que isso influi de forma negativa na formação do povo brasileiro, que não mais preocupava-se em pensar.

O texto continua analisando a população:

As grandes obras da exposição de 1908, da abertura da Avenida e dos canos do Xerem trouxeram a certeza de que a engenharia civil era a melhor das carreiras. A crise matou-a. agora surgiu o veso dos *sports*. Antes assim. Esses veem demonstrar que o nosso paiz, obedecendo á fatalidade historica, mesologica e sociologica, dos paizes americanos, mirando-se nos exemplos faúlhanes dos Estados Unidos e da Argentina se yankisa. Premitta você a expressão (Fon-Fon, em 16 de Setembro de 1916).

No trecho acima Gustavo destaca, primeiramente, a Exposição Nacional, realizada no Rio de Janeiro, que correspondeu a um período em que a cidade passava por diversas transformações urbanísticas em busca da modernização, baseadas no ideal de progresso. A Exposição também estava relacionada à comemoração do centenário de abertura dos portos. O Brasil tinha como intuito mostrar para o mundo que fazia parte da lógica civilizadora do progresso e modernidade. O papel do engenheiro também é destacado por Barroso, pois, era o símbolo das transformações que ocorriam nesse período. Mas, dentro de sua perspectiva, o papel do engenheiro se perde com a crise liberal, e os ideais de progresso ligados as construções urbanísticas, à ciência e tecnologia, foram substituídas pela necessidade de formação de sua população, que deveria ser educada dentro da lógica sanitaria. Esse trecho demonstra exatamente o período de transição que Costa e Schwarcz (2007) descreveram, onde no lugar do “tempo das certezas”, passou a vigorar o pensamento conservador e pessimista. A civilidade, portanto, para Barroso, estava ligada a formação de seu povo, como destaca em seguida:

Esta yankisação do meu querido paiz traz-me consolo e esperança pelo lado do desenvolvimento physico. Eu me alegrarei em vêr o brasileiro amar os exercicios que dão saúde e vigor como os gregos amavam jogos delphicos e olympicos, os romanos corridas circenses de bigas e quadrigas, o homem da idade-media guerras, justas, torneios e bafordos.

Os meus temores se accentuam pelo lado moral. O americano do norte teve, na sua formação, a base moral da gente perseguida que povoou as Virginias e as Carolinas: os puritanos, os presbyterianos, os aristocratas dos Stuarts desthronados e os soldados de Cromwell vencido. Nós tivemos degredados,

selvicolas, negros e fora o mais que não se póde e não deve dizer, pelo menos em voz alta...

Jubilo estudante seria meu, quando visse uma nova, e brilhante, e membruda raça brasileira, de cruzamento util e digno, caracterizando-se no aspecto varonil, na cor, na altura, confiante na solidez de seu arcabouço e no offencivo poder de sua murraça, fazendo esquecer a mestiçagem fracalhona, e banal, e estúpida, que desde a menenice, eu tristemente contemplo e cuja a degenerescencia durante trinta annos tenho melancolicamente acompanhado (Fon-Fon, em 16 de Setembro de 1916).

Podemos verificar que, mesmo refletindo sobre a importância dos esportes para o desenvolvimento físico, ele não acredita ser o suficiente para a construção “moral” da sociedade. Esta não pode ser modificada, pois, a “mestiçagem” degenera o povo, que a seu ver, só seria possível com a formação de uma “nova raça brasileira”. Esse discurso é muito importante para entendermos que Barroso não se encontrava do lado dos intelectuais que tentavam outras propostas eugênicas levando em consideração a miscigenação brasileira. Para ele, a sociedade brasileira se encontrava degenerada, sem solução aparente, e, sem a preocupação devida ao assunto:

Mas eu queria, meu amigo, essa fortaleza alicerçada numa base moral. Não a vejo. Não sinto ninguém no esforço de fabrical-a. Não conheço alguém capaz de produzil-a. Não acredito nos diabos que, depois de velhos, se fazem ermitãos e andam a pregál-a... (Fon-Fon, em 16 de Setembro de 1916).

É importante notarmos essa visão, dado que dias depois, apresentou um projeto de lei de restrições de estrangeiros no Brasil. Nos jornais do período ficou conhecida como lei dos “indesejáveis”, pois elencava quais os estrangeiros que não poderiam entrar no Brasil.

Devemos destacar a palavra “indesejáveis”, que foi amplamente utilizada nesse período, para denotar os grupos que eram vistos como degenerados na sociedade, contribuindo para a decadência da mesma. Menezes (1996) mostra em seu trabalho como essa palavra tinha uma conotação política muito forte, ligada principalmente aos anarquistas que vieram através de imigrações no final do século XIX, e que passaram a ser vistos de outra forma, principalmente por suas posições políticas, que poderiam “denegrir” os ideais nacionalistas de progresso.

O discurso implantado sobre “Os indesejáveis”, apesar de obter maior destaque entre 1917-1930, principalmente por parte da imprensa, como relata Menezes (1996), já estava presente não somente nos discursos, mas na própria constituição da primeira República.

Quer compondo o conjunto das classes trabalhadoras, quer constituindo as chamadas classes perigosas, os indesejáveis, desclassificados forjados pela modernidade, firmaram-se como objetos centrais da ação repressiva desencadeada pelas autoridades republicanas na virada dos noventa e nas primeiras décadas do novo século (MENEZES, 1996, p. 92).

Segundo a autora houveram três fases distintas na expulsão ou recusa dos indesejáveis no Brasil republicano:

A primeira fase, caracterizava-se pelos acórdãos proferidos nos recursos de *habeas corpus*, impetrados entre 6 de julho e 21 de julho de 1893, que reconheciam a plenitude do poder de expulsão administrativa por exigência da ordem e tranquilidade públicas. Nela consagrou-se a ideia de território nacional, independente de processo e condenação judiciária, configurava-se como atribuição do Executivo.

A segunda fase destaca-se pela exigência de lei ordinária regulando a matéria. Esta necessidade era uma decorrência da concessão, pelo Supremo Tribunal, de vários *habeas corpus* a indivíduos condenados à expulsão, devido à suspeição de sua participação na Revolta Armada. Concedidos com base em doutrina, segundo a qual a deportação do estrangeiro residente era uma das maiores e mais violentas restrições à sua liberdade individual, este encaminhamento respaldava a ideia de que a expulsão só podia configurar-se lícita e constitucional se conformada às normas legais. Isto significava que ela só podia se efetuar em duas hipóteses: ou em consequência de lei que determinasse as motivações para a sua efetivação, ou em virtude de tratados internacionais que a regulamentassem.

A terceira e última fase, foi aquela consagrada pelo regime instituído pelo Decreto nº 1641, de janeiro de 1907, a partir da qual o Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer a legitimidade do direito de expulsão administrativa, com recurso para o Poder Judiciário. Este recurso tornava possível expulsar todo estrangeiro indesejável residente no país por menos de dois anos contínuos, não sendo ele casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro, casos nos quais, a expulsão era ilegal (MENEZES, 1996, p. 201-202).

O papel dos estrangeiros no início do século XX estava vinculado a constituição de uma nova mão de obra, branca, que tinha como intuito a formação de uma população brasileira moralmente qualificada através da lógica da política de

branqueamento. A imigração de estrangeiros para o Brasil cursou diversos caminhos, por exemplo, na formulação de leis sobre imigração que foram modificadas diversas vezes, principalmente após o surgimento de movimentos anarquistas, fazendo com que a entrada de alguns estrangeiros fosse mais restrita, ou até mesmo, que aqueles considerados como subversivos fossem expulsos do país¹⁹. O imigrante passou a ser visto como *estrangeiro*, até 1926, quando houve uma reforma constitucional, baseado em preceitos liberais, igualando nacionais e estrangeiros residentes (MENEZES, 1996).

Sabemos que posteriormente, no Estado Novo, o nacionalismo pregado pelo governo de Vargas teve propostas xenofóbicas, criando leis de cotas de imigração, diminuindo consideravelmente o número de imigrantes. Carneiro (1988) analisa as políticas propostas por Getúlio Vargas como, também, antissemitas, havendo no período de seu governo perseguição aos judeus. A preocupação, portanto, com a formação da sociedade brasileira e seus habitantes foi discutida por muito tempo.

Dentro da lógica de “indesejáveis”, Gustavo Barroso propõe o seu projeto de restrição de imigrantes, sendo eles:

Projecto

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Governo Federal impedirá a entrada no território da República aos indivíduos de nacionalidade estrangeira, cegos, surdos-mudos, paralyticos, enfermos de molestias contagiosas ou incuraveis, mutilados do braço direito, de ambos os braços ou ambas as pernas, idiotas, imbecis, alienados mentaes de qualquer especie, criminosos, condemnados nos seus paizes de origem, mendigos, ciganos, mulheres sós, viuva com filhos menores de 16 anos, homens maiores de 60 annos e menores de 16 (Diário Oficial 21 de Setembro de 1916).

Esse projeto teve grande repercussão no período, que, apesar de algumas críticas, teve grande apoio de diversos intelectuais do período, como: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Eduardo Salamonde, Epitácio Pessoa, Graça Aranha, Medeiros e Albuquerque e Nuno de Andrade.

O Jornal *O Malho* de 30 de Setembro de 1916, destaca os intelectuais que apoiavam o projeto:

¹⁹ Descrições mais aprofundadas sobre os anarquistas no Brasil e expulsões realizadas pelo governo em: MENEZES (1996).

O deputado Gustavo Barroso apresentou um projeto que visa impedir a entrada do pessoal que ficar inutilizado na guerra. O Antonio Carlos fez declarar que o governo faz questão de que o projecto seja approved quanto antes, porque, em materia de invalidos, já basta o que existe cá por casa. Os apoosentados, jubilados, etc... já mamam mais de um terço dos nossos orçamentos. A ideia está também sendo valentemente defendida por Medeiros de Albuquerque, Epitacio Pessoa, Graça Aranha, Nuno de Andrade, Eduardo Salamonde, Amaro Cavalcante, e outros brasileiros ilustres. Nada de concorrências....

Isso nos mostra que a preocupação com a formação da população brasileira era uma questão recorrente em diversos intelectuais, que, nesse período, também buscavam opções para a construção de uma sociedade civilizada dentro da lógica ocidental.

Diversos jornais do período propagaram a proposta de Barroso. Em entrevista ao *Jornal do Comércio*, em 29 de Setembro de 1916, Barroso comentou sobre o que se baseava seu projeto:

[...] Elle visa afastar do Brasil todos aquelles que não possam ser factores de trabalho, energias aproveitaveis; aquelles que pelas suas condições de saude ou *raça* não *possam contribuir senão para peiorar as condições actuaes do povo brasileiro*. Certo é que com a terminação da guerra ha o perigo duma invasão maior de "indesejaveis", mas o projeto visa afastal-os agora, no fim da guerra e mais futuramente ainda. A guerra foi simples e unicamente quem acordou uma idéa que ainda se não precisaria bem, mas existia latentemente (grifo nosso).

Como nos mostra Barroso, o projeto tinha como intuito formar uma classe trabalhadora nos moldes morais e disciplinares do período, mas, dentro de sua lógica eugênica, não seriam todos que poderiam contribuir para a formação dessa classe trabalhadora. Os que não tinham “condições de saúde ou raça” seriam excluídos dentro de sua proposta claramente eugenista.

As leis de restrições, como dito anteriormente, foram utilizadas por países que adotaram a eugenia abertamente, destacando os Estados Unidos, que teve a primeira lei de esterilização aprovada em 1907, no estado de Indiana. Sendo uma das mais radicais do período, foi utilizada por Barroso como exemplo recorrente. Em entrevista ao jornal *A Rua*, em 23 de Setembro 1916, Barroso defenderá a importância da política restritiva, utilizando nossos vizinhos chilenos e argentinos, assim como os Estados Unidos, como exemplos:

A Argentina viu o perigo antes de nós. Viu dias antes, porque lá se tratou da questão em Março, se não me engano, e aqui o “Jornal do Commercio” da tarde iniciou sua brilhante campanha a 27 de Abril, publicando interessantes estatísticas das entradas dos imigrantes neste porto, as quaes eram nas suas tres quartas partes mulheres e crianças.

O governo argentino, sentindo a necessidade de defender a raça e o progresso nacionaes não cuidou de esperar leis de parlamento, cujos trâmites e discussões muito se alongam. Viu sua lei de Immigração o art. 32 e regulamentou-o sem demora, tornado-o proprio para o fim visado. (cita-o, sendo o teor do artigo, próximo ao brasileiro)

[...] No Chile, tambem o Congresso está cogitando do assumpto, que o governo reputa de tal maneira imprescindível e urgente que, antes de ser votada qualquer lei, o Ministro do Interior baixou um decreto, determinando exigir-se de cada imigrante um certificado de boa saúde visado pelo cônsul chileno no paiz de procedimento. A lei americana impede a entrada de loucos, mendigos, analphabetos, prostitutas e todos que não possuírem certa somma (40 dollars), necessaria ás primeiras despezas... (A Rua, em 23 de Setembro 1916).

Barroso deixa claro sua proximidade com ideais eugênicos, e, que, se deveria fazer algo para “salvar” a nação brasileira. Mas, ironicamente, argumenta que seu projeto é “menos radical” que dos outros países citados, não tendo tanto “rigor”, “*sendo o mais humano possível*”, dentro de sua lógica:

Regulamentando esse artigo de lei, o poder executivo argentino foi dum rigor terrível. O primeiro artigo do decreto de regulamentação prohiibe a entrada de cegos, surdos-mudos, paralyticos, aleijados, inválidos, dementes, epilepticos, tuberculosos, mendigos, mulheres sós ou com filhos menores e todos que se presume poderem cahir a cargo de beneficencia publica. Não faz a menor excepção. Os outros artigos do decreto estabelecem as formalidades de entrada e apresentação de docuementos.

De maneira que, embora o “indesejavel” tenha família no paiz ou meios de subsistencia não entra na Argentina.

A lei é duma dureza excepcional.

No projeto que apresentei á Camara procurei sem esquecer as idéas que me levaram á escreve-lo, ser o mais humano possível e fiz todas as excepções que era possível fazer (A Rua, em 23 de Setembro 1916, grifo nosso).

Fica claro que Barroso já havia entrado em contato com escritos eugenistas, e que estes, lhe influenciaram profundamente. Em entrevista ao *Jornal do Comércio*, em 29 de Setembro de 1916, deixa mais explícito que eram os indesejáveis:

Acha que o seu projecto convertido em lei e devidamente regulamentado prohibirá por completo a entrada de elementos nocivos?

Creio que sim, porque nelle accumulei todas as classes de "indesejaveis", não esquecendo nem mesmo os ciganos, gente vagabunda e incapaz de qualquer

trabalho util, que a Argentina não pode desembarcar. Ha, no entanto, uma outra classe de "indesejáveis" e dos piores, cuja proibição de entrada exige um estudo mais acurado e talvez uma lei especial. Quero fallar dos negros de Barbados, Santa Lucia e outras Antilhas, que immigram para a Amazonia em quantidade alarmante. Sobre esses, quando colligir dados precisos, pretendo fazer procurarr o *remedio necessario*.

Ao destacar os imigrantes ciganos e os negros de Barbados, verifica-se que sua preocupação maior era a de formar um povo moralmente apto (na visão de Barroso) para o trabalho, e que algumas "raças", não entrariam nessa perspectiva. Isso vai de encontro com suas ideias eugenistas, lembrando que neste período, havia uma forte política de "branqueamento", ou seja, o maior interesse era o de que viessem europeus para nosso país, objetivando a formação de novos cidadãos. Em relação aos negros, ele buscava os "remédios necessários".

É interessante também ressaltar a sua citação referente aos *negros de Barbados*. Devemos lembrar que nesse período diversos trabalhadores negros vieram para a parte norte do país, especificamente Amazônia e Pará, atrás de trabalho. Os *barbadianos* eram os negros que se encontravam na região das ilhas do Caribe inglês, que tiveram de disputar trabalho com outros imigrantes que chegavam na região, com uma pequena desvantagem: sua cor²⁰.

Gustavo Barroso no mesmo ano de 1916, na *A Época* de 12 de junho, explicitaria os argumentos eugênicos que baseavam a proposição de sua legislação, enaltecendo abertamente a ciência eugênica como forma de progresso da sociedade:

[...] Em face dos progressos da "Eugenia", a nova sciencia que tem por objetivo estudar os melhores meios de se conseguir uma raça sadia e robusta, essa proibição torna-se legitima, constituindo uma salutar providencia de que se podem orgulhar os governos avisados.

[...] Não serei eu quem vá aconselhar a rejeição do braço estrangeiro, que nos auxilliará a explorar as incalculaveis riquezas de nossa terra, abandonadas pela ineuria de alguns governantes, conduzindo-as ás regiões da prosperidade: não serei eu quem vá recomendar leis injustas para aponquetar o estrangeiro que em sua terra não pôde vencer, e se acolhe á nossa, pedindo-lhe amparo e hospitalidade: não serei eu quem preconizará idéias que o adeantamento do nosso século repelle.

²⁰ Para saber mais sobre a imigração dos negros barbadianos verificar a tese de LIMA (2013).

Fica claro que Barroso acredita em um progresso ligado a um determinismo biológico como forma de transformação social. Em sua concepção não há uma formação nacional “adequada”, sem uma “raça” adequada. O determinismo biológico e o nacionalismo estão interligados em sua concepção.

Mas, essa visão não era exclusiva de Gustavo Barroso. Na realidade, diversos intelectuais o apoiaram. Dentre eles Medeiros de Albuquerque, que descreve, no Diário Oficial em 16 de setembro de 1916:

Quando a guerra acabar, ella vae deixar um numero consideravel de estropiados em todos os paizes belligerantes. Estropiados e incapazes de ganhar a vida, que ou serão imnediatamente (?) ou torna-se-hão dentro de pouco tempo mendigos.

Desses, os respectivos governos favorecerão por todos os modos a emigração. E como só ha no mundo uma paiz-monturo, para qual os outros podem varrer impunemente mesmo os seus criminosos; vamos provavelmente ter uma invasão desses mãos elementos.

Nota-se que nossos hospitaes e até a nossa Casa de Correção já teem tido em alguns annos mais estrangeiros que nacionaes – o que não acontece em nenhuma outra nação.

A guerra acabada, os impostos vão ser terrivelmente aggravado em todos os paizes belligerantes, tanto vencidos como victoriosos. Muita gente procurará partir para o estrangeiro. E da-se-ha então essa selecção: os bons elementos irão para os Estados Unidos, porque lá não deixam entrar os mãos, os resto, o cisco, os detrictos, virão naturalissimamente para o Brazil.

O caso é tão sério, tão grave, tão importante que se póde esperar que a jurisprudência, até aqui contradictoria, e ocilante do Supremo Tribunal se decida a tomar um rumo certo e a ver o perigo nacional que nós corremos, si continuarmos a ser o vasadouro de lixo do resto do mundo.

Tudo indica, portanto, que o Governo deveria desde já reguiar a admissão de estrangeiros nos nossos portos; fazendo emfim o que fazem os Estados Unidos. É muito melhor prevenir do que remediar.

A lei de expulsão de estrangeiros, que nunca foi regulamentada, permite perfeitamente ao Governo tomar essa providencia, que se impõe com todo o caracter urgente.” (Diário Oficial em 16 de setembro de 1916).

Podemos observar, portanto, que Barroso, assim como outros intelectuais, acreditava realmente que poderia mudar a sociedade brasileira, hierarquizando em novos termos a sociedade, através de um respaldo científico eugênico, fazendo com que assim, as elites, pudessem continuar no poder.

Também podemos destacar nesse discurso a ênfase que é dada ao trabalho. Os "indesejáveis", são os não trabalhadores, os que não poderiam ajudar no "progresso" brasileiro, os que não estavam nos moldes burgueses de trabalho e família.

Aqueles que não foram "domesticados", ou seja, aqueles que não seguiam os padrões impostos pelas elites e que não foram "disciplinados", estando fora da educação burguesa, estariam fora da sociedade, e por esse motivo, deveriam ser isolados, ou até, em casos extremos, exterminados.

Barroso mostra-se sempre preocupado com o “futuro do país”, sempre ligado à forma que a população se portava e com a falta de pulso firme do Estado. Na revista *Fon-Fon*, em 14 de Outubro de 1916, assinado novamente pelo pseudônimo Jotaenne, Barroso, em conversa com Cláudio França, demonstra essa preocupação. No texto, França pede para que ele leia algumas páginas de um livro que estava aberto em sua mesa. Este continha trechos de Charles Letourneau²¹. Esse, como outros pensadores conservadores, tinha o intuito, como relata Leite (1974), de destacar os valores elite. Mas, o mais interessante é que, além do habitual argumento de desigualdade das raças, ressaltava-se também, que algumas classes também não chegavam ao mesmo nível de outras, como operários e a pequena elite. Jotaenne/Barroso relata:

A misera nação que supomos, porém, não seria só no mundo. Ao lado e em derredor della rivaes mais espertas teriam ficado sadias e mais fortes, e vencel-a-iam, por certo, na concurrencia ethnica, porque teriam conservado e desenvolvido as energias phisicas, moraes e intellectuaes. Pacificamente ou não, consequentemente e forçosamente, ellas suplantariam, em virtude da propria lei do progresso, a raça retardada, cujo paiz cedo ou tarde seria riscado da lista das nações... Lastimemos os povos moribundos...” (Fon-fon, 14 de Outubro de 1916).

Ao final, questiona:

“- Letourneau veio algum dia ao nosso paiz?”

“- Não. Por que?”

“- É tal e qual, meu amigo, tal e qual!”

²¹ Dante Moreira Leite relata que Letourneau, que durante algum tempo foi um autor lido e respeitado no Brasil, em seu livro *La Psychologie Ethnique: Mentalité dês Races ET dês Peuples*, que demonstra a transposição da teoria das raças como teoria dos povos, descreve como base de sua teoria: “... a possibilidade de traçar a evolução da vida mental, desde os animais até as construções mais elevadas do espírito humano, como as ciências e as artes. Esse plano gigantesco é sustentado sobre premissas muito simples: o evolucionismo explica o desenvolvimento, e a lei da evolução depende apenas de dois princípios, isto é, a luta pela vida e transmissão de caracteres adquiridos...” (LEITE, 1976, p. 34-35).

É interessante verificarmos que este autor teve influencia no pensamento de Barroso, pois como destaca Leite (1976), acreditava não somente na diferenciação racial, como forma de hierarquização, mas que algumas classes, também eram inferiores a outras. Esse pensamento convergirá com as argumentações de Barroso referentes a imigração de “desejáveis”, pois brancos, que tinham um papel já definido pelo Estado: o de trabalhador braçal, operário. A ideia era de “melhorar a sociedade” com o branqueamento e as qualidades dessa raça, mas, com certeza, não de permitir a formação de novas elites no poder. A eugenia foi utilizada como forma de destacar as qualidades brancas para a formação de uma nação “melhorada”, mas não de formação de um novo poder, não advindo de fora do país, pelo menos.

No ápice de sua admiração pela eugenia, Gustavo Barroso exalta o papel do “pai da eugenia brasileira”: Renato Kehl. Em o jornal *A Ordem*, em 4 de setembro de 1929, Barroso escreve:

Nenhum paiz precisa tanto melhorar a sua raça do que o Brasil e, como elle hoje se curva para si próprio, interessando-se pelos seus problemas vitaes de toda ordem, serão benemeritos todos os esforços por uma cruzada pró-melhoramento da espécie. Á frente della, felizmente se encontra um sábio e um “bandeirante” de rara envergadura de lutador de rara fibra de patriota, o dr. Renato Kehl. Ha quinze anos, elle combate pela eugenia, entre nós. Ha dez, fundou a Sociedade Eugénica de São Paulo, que tão grandes serviços vae prestando. E, tendo sido taxado de utopista, no alvorecer de sua campanha, tem a dita de vê-la nos nossos dias vencedora em todos os espíritos, porque somente os cégos poderão negar a “imperiosa necessidade da defesa eugênica da família e da nacionalidade.”

Como verifica-se, para Barroso, em meio aos elogios a Renato Kehl, a Eugenia estava atrelada a ideia de formação de uma nacionalidade com as “qualidades e morais brancas”, em “defesa da família”, discurso esse que irá retomar no integralismo.

Podemos também fazer referência, a outras afirmações neste mesmo sentido, como aquelas presentes no jornal *A Rua*, já destacadas anteriormente, onde Barroso exalta a luta pela formação de uma população brasileira “sadia” como forma de patriotismo. No final da entrevista diz:

Nada ha de mais importante de decisivo para o futuro do Brasil, já tão mal servido ethnicamente e que só com a acção do tempo se irá libertando dos

elementos peggimos que a atopem, do que a formação de uma raça phisica e moralmente sadia, apta para qualquer trabalho, expurgada de sangue máo e de tendencias perniciosas. Nenhuma brasileiro digno deste nome, estou certo, poderá ser contrario a estes patrioticos propósitos.” (A Rua, em 23 de Setembro 1916)

Leite (1976) destaca que o racismo no Brasil coincide com a luta de classes, e devemos verificar que a eugenia, nesta tendência, nada mais foi do que uma justificativa da dominação branca, objetivando hierarquizar a sociedade, de acordo com suas “características”.

Como destaca Diwan (2012), Renato Kehl não foi o único pensador eugenista no Brasil. Podemos nos referir da mesma forma à Gustavo Barroso, que, como vimos, teve o apoio, inclusive, de outros intelectuais para sua ideia de restrição de imigrantes. Esses pensamentos eugênicos, portanto, perpassavam boa parte da elite intelectual.

A ciência, como também verificamos, foi utilizada de forma determinista, com intuits claramente políticos. A luta de classes passou a ser também racial, e “comprovada cientificamente”, objetivando que a elite continuasse no poder.

A eugenia foi uma forma de controle social, baseada em discursos nacionalistas, num período de busca de uma identidade brasileira, que foi intensificado na década de 30, principalmente no governo Vargas. Como relata Leite:

[...] a formação do nacionalismo acompanha em suas linhas gerais, a organização dos vários nacionalismos europeus. Embora esse aspecto só indiretamente interesse ao tema deste ensaio, lembre-se uma característica fundamental dessa formação do nacionalismo brasileiro: este, como os outros nacionalismos parece exigir uma continuidade histórica e, mais que isso, um passado comum, que frequentemente se aproxima do mito – característica que aqui, como em outros países, é a atmosfera que cerca os heróis nacionais (LEITE, 1976, p. 32-33).

A utilização da eugenia por Barroso está intimamente ligada a ideia que tem de progresso. O progresso, para ele, está intimamente ligado a formação de uma nação civilizada que mudaria o rumo catastrófico que estava destinado ao Brasil. Ao contrário do “período das certezas”, passou-se a destacar uma visão mais pessimista referente ao futuro, tanto no Brasil e no mundo, principalmente referente ao liberalismo, através da crise de 1929. Se o conservadorismo já se mostrava presente em meio ao

pensamento intelectual, após a queda da bolsa de valores, os pensamentos se tornarão ainda mais extremados e excludentes, e, Barroso passou a ser um dos interlocutores mais extremistas e xenofóbicos de seu tempo, como veremos a seguir.

4. GUSTAVO BARROSO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ANTISSEMITISMO

“Se os psicólogos ainda precisassem de uma prova de que o anti-semitismo em suas formas extremas é uma fantasia psicótica, Gustavo Barroso a apresentaria com todos os pormenores.”
(LEITE, 1976, p. 248)

O objetivo desse capítulo é de analisar algumas obras de Gustavo Barroso, antes e depois de sua entrada no integralismo, para entendermos como essas ideias eugênicas e nacionalistas aparecem em seus discursos, e como foram se transformando no decorrer do tempo, em um discurso mais extremista.

Nosso intuito é o de analisar seus discursos, demonstrando as representações de ciência e tecnologia presentes em sua visão política e que, perpassam suas obras antes mesmo de se tornar um integralista, procurando, desta forma evidenciar a construção gradual de seu pensamento.

As representações são pensamentos e discursos de determinado tempo e espaço, que foram construídos socialmente, por determinados grupos não sendo neutras. Para Chartier:

[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. *As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio* (CHARTIER, 2002, p.17, grifo nosso).

Baseados na visão de Chartier, abordaremos nosso tema, pois como destacamos, as representações são estabelecidas pelos valores e ideias de

determinado grupo para obtenção de poder, e Gustavo Barroso não se distanciava desse contexto dentro de uma lógica autoritária impondo valores e preceitos.

4.1 GUSTAVO BARROSO: ENTRE MITOS E CIÊNCIA

Como já abordado, Gustavo Barroso demonstrou grande influencia do pensamento autoritário do período, veremos como passou a expressar suas ideias em seus escritos literários e posteriormente na formulação de seus discursos políticos integralistas.

Como vimos os intelectuais brasileiros de uma forma geral estavam ligados a pensamentos nacionalistas, que buscavam a construção de uma identidade brasileira. A ideia de progresso e modernidade eram muito importantes, utilizada como aparato para essa formação, onde se buscava a transformação da sociedade dentro de moldes para nos quais o Brasil pudesse se enquadrar dentro da perspectiva de uma sociedade “moderna”.

Mas, a modernidade de Barroso não será ligada a ideia de modernidade liberal, como veremos, ele se distinguirá da mesma, se aproximando muito mais de seu pensamento nacionalista autoritário, mostrando mudanças no decorrer dos anos em seus escritos, tendendo cada vez mais para uma visão extremista, objetivando uma “boa formação” da sociedade.

Iniciaremos com seu livro *Intelligencia das Coisas*, escrito em 1923, antes de sua adesão ao Integralismo. Nesse livro Barroso aborda o progresso e mudanças tecnológicas de forma peculiar, baseadas em uma visão mítica, quase religiosa, exaltando o passado, como o período em que o homem tinha uma relação mais orgânica com a Natureza, e o progresso e as transformações tecnológicas ocorriam por causa dessa relação:

Adorando as pedras, o homem criou a civilização. Depois de ter feito com ellas pontas de flechas, machado e punhal, com ellas os primeiros moveis: a pedra do lar, cujo character sagrado viria até hoje e sobre a qual brilhou a primeira fogueira, certamente accêsa pela faisca sahida do entrechoque de duas pedras;

o primeiro banco, o primeiro travesseiro, a primeira m \hat{e} sa. E, sahindo fora da escurid \hat{a} o das grutas, olhando o esplendor do sol \acute{a} face da natureza, o homem ergueu ao mysterio da divindade a primeira obla \hat{c} o com a primeira pedra. [...] “E, assim, as brutas pedras da natureza impassivel lentamente f \hat{o} ram contribuindo para o vagaroso, mas formidavel progresso humano” (BARROSO, 1923, p.12- 14, grifo nosso).

Como vemos, ele enaltece o progresso, mas um progresso ligado \grave{a} forma \hat{c} o do homem, de seu car \acute{a} ter e ao mesmo tempo nega a modernidade em que vive no seu tempo, ligada ao materialismo liberal, onde o ser humano perde sua “ess \hat{e} ncia”:

[...] Nos nossos feios tempos, as fontes n \hat{a} o t \hat{e} m mais nomes gloriosos. A humanidade tornou-se t \hat{a} o material e t \hat{a} o rude que as coisas am \acute{a} veis da vida v \hat{a} o com a sua barbaria perdendo a alma. Pereceram lendas e ilus \hat{o} es. Reina o esp \acute{r} ito pratico e o dinheiro. Entretanto, ainda o appellido dos habitantes de uma grande cidade moderna, como o Rio, vem de uma fonte celebre – a da Carioca (idem, p.57).

Demonstra em seu discurso, na realidade, n \hat{a} o uma vis \hat{a} o contr \acute{a} ria a modernidade, mas contr \acute{a} ria a forma que estava sendo empregada na sociedade do per \acute{i} odo. Essa vis \hat{a} o de fundamental import \hat{a} ncia de recusa \grave{a} modernidade liberal, n \hat{a} o sendo em sua percep \hat{c} o uma forma de progresso n \hat{a} o deixou de se apoiar em ideias e pesquisas “modernas”, como a eugenia, para a forma \hat{c} o de seu discurso.

Nessa perspectiva acreditamos que Barros se enquadra no que Herf chamou de *modernismo reacion \acute{a} rio*²², sendo mais caracter \acute{r} stico ainda em seus discursos integralistas. Barroso, assim como os modernistas reacion \acute{a} rios na Alemanha Weimar e no Terceiro Reich rejeitava a modernidade cientificista, ligada a Revolu \hat{c} o Francesa e Industrial. Para Herf:

²² “Meu argumento b \acute{a} sico \acute{e} o seguinte: antes e depois de os nazistas terem tomado o poder, uma das correntes importantes dentro da ideologia conservadora e subsequentemente nazista era aquela que buscava conciliar as ideias antimodernistas, rom \acute{a} nticas e irracionais existentes no nacionalismo alem \acute{o} com a mais \acute{o} bv \acute{i} a manifesta \hat{c} o da racionalidade de meios-e-fins, isto \acute{e} , com a tecnologia moderna. O modernismo reacion \acute{a} rio \acute{e} um construto t \acute{i} pico-ideal. Os pensadores a que chamo de modernistas reacion \acute{a} rios nunca empregam precisamente estes termos para descrever a si mesmos. Mas essa tradi \hat{c} o consistia numa cole \hat{c} o coerente e significativa de met \acute{a} foras, palavras familiares e express \hat{o} es emotivas que tinham efeito de converter a tecnologia, de componente zivilisation estranha, em parte org \acute{a} nica da Kultur alem \acute{a} . Combinava rea \hat{c} o pol \acute{i} tica com avan \hat{c} o tecnol \acute{o} gico.” (HERF, 1993, p.13-14).

Os modernistas reacionários foram nacionalistas que desviaram do bucolismo voltado para o passado o anticapitalismo romântico da direita alemã, apontando em lugar disso para os contornos de uma nova ordem nova e bela que substituiria o caos disforme devido ao capitalismo em uma nação unida, tecnologicamente adiantada (HERF, 1993, p. 14).

Dentro dessa lógica Barroso se aproximava muito dessas ideias, onde a modernidade tinha outra conotação, contrária ao capitalismo e seus ideais políticos.

As ideias antiliberais, ligada a uma aristocracia conservadora, o racismo e o nacionalismo, já estavam presentes em meio à sociedade européia. Foram pensadores e intelectuais como conde Gobineu, Gustave Le Bon e Houston Stewart Chamberlain, que pregavam a ideias racistas, principalmente antisemitas, que contribuíram para a formação das ideologias fascistas.

Gustavo Barroso também não escapou da influência desses pensadores. Na pesquisa notou-se a proximidade com esses escritos antes de sua adesão ao integralismo. Podemos observar isso em seu livro *Aquém da Atlântida*, de 1931, onde cita esses intelectuais ligados a ideologias racistas.

Este livro em especial, ao que pudemos verificar, tem o intuito de demonstrar como ocorreu o povoamento e o surgimento das primeiras civilizações no planeta, sendo a Atlântida o primeiro local do nascimento das sociedades.

Neste trabalho, ao relatar a visão dos esotéricos sobre o surgimento e o povoamento de Atlântida, descreve a utilização do *vril* como energia obtida da natureza, a qual era utilizada como “força” para movimentar suas invenções.

Tinham grandes navios e navegavam com a bussola. Empregavam a pólvora e outros explosivos mais violentos. Andavam os ricos em barcos aéreos movidos pelo misterioso *vril*; os pobres e os escravos em carros puxados por leões e leopardos. Havia máquinas aéreas de metal e madeira capazes de transportar de 80 a 100 homens.

Sua indústria prosperava. Exploravam minas. Traziam o cobre do Canadá, o ouro e a prata do Perú, quando os não fabricava quimicamente. Conheciam o metal denominado orichalco...

Cerné, sua capital, a “cidade das portas de ouro”, ficava ao pé de alta montanha de tres cumes... Foi isso que deu origem ao simbolo de tridente netuniano...

A mulher era considerada igual ao homem e participava do governo. Podia exercer qualquer cargo publico, mesmo o de pontifice. Entretanto existia a poligamia limitada a tres esposas. Havia regimentos de guerreiros femininos e *fez-se uma experiencia comunista que deu pessimos resultados e foi logo abandonada...* (BARROSO, 1931, p. 44, grifo nosso).

Além de descrever esta poderosa sociedade imaginária e as principais tecnologias desenvolvidas pelos atlantes, e de mencionar que a política comunista não funcionou, destaca que o fim de Atlântida, baseando-se supostamente nos esotéricos, ocorreu pelo:

[...] desequilíbrio entre a evolução moral e material. O orgulho do poder e da ciência gerou o egoísmo e a opressão. O luxo engendrou a sede das riquezas. Os freios morais relaxaram-se e os apetites á solta, de braço com a magia negra, trouxeram a idade da bête (BARROSO, 1931, p.45).

Novamente vemos a utilização de mitos e de uma visão enaltecida de um “passado” que não existiu. Isso vai de encontro com a ideia de formação de uma identidade nacional que se busca em um passado para a construção de nossa sociedade. Podemos dizer que Barroso busca a formação de uma sociedade utópica, e buscava em um passado imaginado as bases para a formação ou direção de como deveria ser formada essa sociedade. Para isso utilizará da mitologia como forma de argumentação e enaltecimento de seu pensamento.

Ao verificarmos os mitos citados por Barroso, vê-se uma proximidade com mitos utilizados pelos nazistas, como a Atlântida, mitos nórdicos, o *vril*, livros sagrados hindus, Thule e citação de esotéricos, como a russa Helena Blavatsky, entre outros²³.

Podemos averiguar que Barroso estava fortalecendo seu contato com leituras conservadoras de conotação racista, base utilizada pelo nazismo. A ideia citada acima, de luta entre a moral e o poder, será simbolizada em seus textos, posteriormente, como combate entre o integralismo e o liberalismo/comunismo, para Barroso, representado pelos judeus.

Podemos dizer que se construiu um “mito sobre os mitos”, ou seja, utilizavam a ideia de um “passado-presente” para a construção de uma identidade nacional, mas, baseada em sua interpretação individual do intelectual, ele é o *mediador*. O mito, segundo Girardet, “... conta como uma realidade chegou à existência...” (GIRARDET, 1987, p.13), ou seja, ele tem o intuito, de certa forma, de “informar”, mas, essa “informação” é construída por um determinado grupo, com objetivos definidos, sendo

²³ Para uma maior compreensão sobre mitologia nazista ver: GOODRICK-CLARKE, 2004.

eles, normalmente políticos. Para o autor, o mito político está ligado à crise, o medo, “... Quando a sociedade sofre, já constatava Durkheim, ela sente necessidade de encontrar alguém a quem possa imputar seu mal, sobre quem possa vingar-se de suas decepções...” (idem, p.55). Esse pensamento vai de encontro ao que verificamos anteriormente, onde as crises decorrentes da Primeira Guerra Mundial e da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, tomaram a sociedade de um medo comum, propiciando o surgimento e adesões a políticas radicais. A mitologia política, no período de crise, passa a exercer um papel revelador, onde mostra a “verdade escondida” da sociedade, e que para a luta contra o “mal”, contra o complô, é necessário que se inicie outro complô, este, contra as moléstias da sociedade.

O mito será baseado na luta entre o “bem” e o “mal”, da “luz” contra as “trevas”, fundamentado em diversas representações, símbolos, tanto aos que estão do lado do “bem” quanto aos que estão do lado do “mal”. Os mitos políticos citados por Girardet, ligados a imagem construída dos judeus, maçons, etc., foram escritos principalmente no século XVIII, e mostraram-se presentes posteriormente como base nos discursos das políticas fascistas. Para o autor, “... um mesmo mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações...” (GIRARDET, 1987, p. 15). Para Girardet, o mito, mesmo podendo apresentar diversas formas, tem uma forma lógica, existindo sempre um salvador, o complô, ligado a infecção da sociedade e uma nostalgia, ligada a um passado “perfeito” ou “Idade de Ouro”.

Esse pensamento é fundamental para entendermos os discursos de Gustavo Barroso, pois, como verificamos, o nacionalismo, assim como para grande parte dos intelectuais do período, foi tema frequente em seus textos, antes mesmo de sua adesão ao integralismo.

O que nos interessa é verificarmos como foi a construção desse pensamento através do tempo em seus discursos e como o mito, e suas novas roupagens foram utilizadas por ele. Para Chauí e Franco:

O nacionalismo montado sobre imagens míticas, dá a nossos autoritários a ilusão de estarem referidos às condições históricas transfiguradas em bruma ideológica. Confundindo as imagens nativas com o movimento da história, acreditam que a substituição dos mitos de origem europeia por outros, caboclos, é uma operação teórica suficiente para liberar o pensamento nacional

das “influências” alienígenas. Dessa maneira, quando o Bandeirante, o tupi-tapuia, o Gaúcho, o Sertanejo, o mestiço, a floresta, o solo virgem, a extensão territorial e a psicologia do povo entram em cena, funcionam como palavras encantatórias: têm o dom miraculoso de permitir, através da mudança vocabular, a aplicação de esquemas teóricos europeus sem que nos envergonhemos deles. O pensamento europeu, reduzido a uma forma vazia, pode ser utilizado nacionalmente desde que seja preenchido com conteúdos locais. O que interessa, no momento, é compreender porque esse procedimento torna legível um dos traços peculiares do pensamento autoritário (CHAUI; FRANCO, 1978, p. 37).

4.2 CIÊNCIA, MODERNIDADE E ANTISSEMITISMO

Nessa seção abordaremos a relação de Gustavo Barroso com o integralismo e seu pensamento antissemita, mas, diferente das outras pesquisas que já foram realizadas sobre esse tema, queremos demonstrar que sua visão mais extremista, na realidade, foi uma construção gradual de seu pensamento e pesquisas no decorrer de sua trajetória intelectual e política e que estava intrinsecamente ligada as visões mais modernas e científicas de seu período.

Devemos lembrar que Barroso foi um intelectual de seu tempo, e que, foi influenciado por pensamentos que percorriam a sociedade de seu período e por esse motivo acreditamos que não somente a eugenia, mas, sua visão antissemita não foi isolada.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada oficialmente em 7 de outubro de 1932, com o lançamento do “Manifesto de Outubro”, escrito pelo “Chefe” integralista Plínio Salgado. Foi o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional. Existem divergências nos números de seus adeptos, onde, segundo Trindade (1979), o movimento reuniu cerca de 500 mil a 800 mil aderentes. Já Cytrynowicz (2001) acredita que esse número pode variar de 100 mil a 1 milhão de adeptos, lembrando que a população do Brasil neste período era próximo a 41,5 milhões de habitantes.

O nome do movimento derivou da ideia de desvinculação do conceito de partido. Rejeitavam a imagem de representação política. A utilização do termo “Ação” provinha da imagem de mobilização, força, inclusive violência. A terminologia “Brasileira” estava ligada aos interesses nacionais, contra objetivos regionais e

oligárquicos ou ainda o que consideravam internacionais, como o comunismo. A terminação “Integralista” resultou de integral, conotando totalidade, desvinculação dos partidos democráticos em favor de uma sociedade totalitária (MAIO e CYTRYNOWICZ, 2010, p. 50).

O integralismo teve grande proximidade com as políticas fascistas, principalmente no que se refere aos símbolos e imagens utilizados. A saudação com o braço direito, esticado e levantado saudando com o grito “Anauê”, que remete à saudação e grito de guerra na língua tupi, significando “você é meu parente”, foi um dos exemplos. Também o símbolo utilizado pelo partido, a letra grega *sigma*, que significa soma, integração, sendo, segundo Trindade, a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicaram a palavra “Deus” ou ainda a “estrela polar do hemisfério sul” (TRINDADE, 1979, p.188, 189), pode ser vinculado à suástica nazista, por exemplo. Outra grande similaridade foi a utilização do nome “camisas-verdes”, devido aos uniformes utilizados, lembrando os “camisas-marrons” de Mussolini e os “camisas-negras” de Hitler, além das mobilizações por meio de desfiles, comícios bandeiras, canções, discursos dramatizados, rituais, etc., centralizando o poder em torno de um “Chefe”.

Essa similaridade foi verificada por Trindade (1979), onde concluiu que:

Não pretendemos afirmar que o integralismo tenha sido exclusivamente fruto de um mimetismo ideológico (a tradição do pensamento político autoritário brasileiro contribuiu também decisivamente para a formação da doutrina), mas a influência do fascismo europeu foi, sem dúvida, crucial na configuração da A.I.B. enquanto movimento político (TRINDADE, 1979, p. 278).

A política integralista teve suas peculiaridades. Diferente do que ocorreu no movimento fascista, no qual, segundo Trindade, “... “o fato precedeu a doutrina”, no integralismo ocorreu o inverso: a ação integralista tem a pretensão de se apoiar numa ideologia baseada numa concepção do universo e do homem...” (TRINDADE, 1979, p. 199). Isso se verifica no “Manifesto de Outubro”, escrito por Plínio Salgado, cuja a base foi enraizada na moral cristã. A partir dessa concepção, de um humanismo espiritualista, foi que, segundo Trindade, “... se elabora a concepção de vida social que aspira a um retorno do ideal medieval de uma sociedade harmoniosa...” (TRINDADE,

1979, p. 200). Mas, essa harmonia social só ocorreria através de uma organização hierárquica da sociedade, “... em função das diferenças naturais existentes entre os homens. Na sociedade integralista, harmonia e hierarquia são indissociáveis...” (TRINDADE, 1979, p. 200). Para Trindade, essa concepção tradicional da doutrina social católica estava mais próxima as ideologias fascistas conservadores como os de Portugal, Espanha e Bélgica.

O questionamento de o integralismo ser ou não uma corrente fascista tem se verificado em diversos estudos. Chauí e Franco (1978) acredita que o nacionalismo e o estatismo integralistas:

[...] antes de serem cópias grotescas de modelos europeus, e nessa qualidade, impossibilitados de serem “reflexos” da realidade brasileira (uma vez que devendo criar a nação e o estado nacional, não podem “refleti-los”), são representações *fantasmas* que exprimem uma situação real tal como é aprendida imediatamente pelos dirigentes e militantes: não são reflexos nem são mentiras, não são cópias nem simulacros, mas pilares para a elaboração de uma história imaginária que justifique a política integralista e permita seu reconhecimento pela classe a que se dirige (CHAUÍ; FRANCO, 1978, p. 116, grifo das autoras).

Os discursos integralistas, descritos por Chauí e Franco, foram dirigidos principalmente à classe média, sendo essa a classe “portadora da idéia” revolucionária (Idem, p. 74). Essa classe esperava por reformas políticas e econômicas, pois necessitava de uma representação. A maior parte dos militantes da AIB derivava da classe média, dentre eles funcionários públicos, profissionais liberais, militares, padres, pequenos agricultores, etc. Segundo Maio e Cytrynowicz (2010), além de atraírem os profissionais liberais, a AIB cativava particularmente a população com menos de 30 anos de idade.

Segundo Trindade, os principais motivos para a adesão ao integralismo foram respectivamente, o *anticomunismo*, sendo para, Trindade, inspirado nos movimentos fascistas europeus, pois, ainda não havia um grande movimento comunista no Brasil até 1935; *simpatia pelo fascismo europeu*, reforçando a hipótese de proximidade ideológica entre fascismo e integralismo; *nacionalismo*, que não deixa de estar vinculado com os motivos anteriores e *oposição ao sistema político*, ligado a uma

hostilidade com relação aos regimes políticos republicanos e o medo do retorno ao sistema liberal (TRINDADE, 1979, p. 152-153).

A ideologia integralista pode ser resumida, de forma simplista, em seu lema “Deus, Pátria e Família”, onde o papel da família, sendo base da organização social, era indispensável à defesa dos valores e da moral cristã. Os integralistas se identificavam como soldados de Deus e da pátria em defesa da família, da moral, das tradições e dos bons costumes, lutando contra o seu inimigo principal: o liberalismo.

A ênfase religiosa, ligado ao catolicismo, encontrada nos textos integralistas, estava intimamente ligada à sua ideologia, sendo um forte embasamento em seus discursos. A moral cristã foi pregada como forma de acabar com o materialismo mundial, constituindo-se também em um instrumento de legitimação e persuasão política do integralismo. Para Cruz (2004):

[...] os valores cristãos – é um condicionamento imaginário, na medida em que faz parte do instrumental ideológico do movimento na construção de uma imagem que oculta o seu verdadeiro caráter. Não que os adeptos do integralismo não fossem, de fato cristãos, mas o culto ao cristianismo não era o empecilho real ao discurso racista clássico, e sim um meio de legitimar as idéias do movimento (CRUZ, 2004, p.113).

Todas essas manifestações eram envoltas por uma busca de um nacionalismo, uma nação forte e genuinamente brasileira. Este ideário será representado pela busca de um passado nacional, ou seja, uma identidade. Salgado irá exaltar a fusão do índio com o branco colonizador, sendo esta a alma brasileira, a verdadeira raça²⁴ (CRUZ, 2004, p. 100).

Todos os aparatos utilizados pelos integralistas, como discursos e propagandas, imbuídos de suas representações sobre a modernidade e as políticas existentes, tinham como finalidade persuadir e obter poder. As propagandas utilizadas pelos integralistas, assim como nas políticas fascistas, eram as mais modernas da época. Os principais veículos de propaganda utilizados pelos integralistas foram o jornal A

²⁴ Para Cruz, a imagem do índio “aceitar” o branco, para a construção da raça brasileira, é utilizada como demonstração da aceitação do índio para a política de branqueamento. “... O índio estaria submetido às trevas da selva, e o branco o trouxe à luz da civilização, através do batismo cristão levado a cabo pelos jesuítas...” (CRUZ, 2004, p. 102).

Ofensiva e a revista *Anauê!*²⁵. Neles os integralistas exaltavam a figura do “Chefe”, através de notícias nacionais e internacionais. Na revista *Anauê!*, em especial, a intenção era atingir os brasileiros letrados, com conhecimentos medianos, utilizando-se principalmente de imagens para atingir o público alvo.

As propagandas tinham como finalidade difundir os ideais integralistas, onde pregavam uma forte crítica ao liberalismo, capitalismo e comunismo, muito semelhante às fascistas, além dos projetos que estipulavam para a sociedade, como a união sem partidos políticos em torno de um único líder.

Mas, dentro da AIB, mesmo com a existência de diretrizes, baseadas no “Manifesto de Outubro”, havia divergências entre seus principais líderes. Pode-se dividir em três principais vertentes de pensamento. A primeira, segundo Maio (1992), seria a visão de Plínio, que acreditava que o mundo era baseado na luta entre materialismo e espiritualismo, demonstrando sua posição antiliberal, onde, a nação sendo ateuísta, no período que se encontrava, em sua concepção, precisava retornar ao passado, um passado idealizado, propondo uma revolução para restaurar o espírito ancestral, o caboclo.

A segunda seria a de Gustavo Barroso, que como Plínio, acreditava num conflito entre espiritualismo e materialismo, mas o último era representado pelos judeus. Para Barroso eles deveriam ser eliminados por não aceitarem o “... convite à dissolução no mundo cristão totalitário medieval, por teimarem em se manter como “raça” à parte, sendo, ao mesmo tempo, fomentadores da modernidade, do capitalismo, instrumentos indissociáveis do projeto judaico de dominação do mundo...” (MAIO, 1992. p. 83-84).

A terceira perspectiva seria a de Miguel Reale, que acreditava em uma ordem social diferente dos dois outros líderes, que seria organizada a partir das diferenças individuais.

Como se pode observar, o antissemitismo foi tema de destaque nas obras de Barroso no período em que fez parte da AIB, diferindo, ao que parece, nesse sentido, dos outros líderes integralistas. Trindade (1979) relata que o antissemitismo não foi uma ideologia pregada por todos os integrantes da AIB, mas não eram necessariamente

²⁵ Para saber mais sobre a revista *Anauê!* e as propagandas utilizadas pelos integralistas ler o artigo de SILVA (2005).

admiradores do povo semita. “... quando teóricos e dirigentes integralistas criticam a tendência de Barroso, suas atitudes não significam uma posição neutra diante do problema judaico, mas uma rejeição de seu radicalismo...” (TRINDADE, 1979, p. 242).

A contradição nos discursos integralistas referentes ao racismo, segundo Cruz, teve ligação com a ideologia cristã que pregavam, não assumindo uma postura racista implícita. Para a autora:

[...] é bastante compreensível que grande parte dos líderes integralistas não quisessem se arriscar enveredando por um discurso radical em relação aos judeus, pois, isto tornaria explícito a intolerância racista do Sigma. A negação do radicalismo de Barroso poderia ser então uma questão de tática política (CRUZ, 2004, p.166).

Acreditamos ser importante essa visão, pois, na realidade, apesar de algumas divergências muitos acreditavam na visão de Barroso. Araújo (1979) relata, mesmo diferindo dos demais integralistas, que não adotaram a mesma visão, pelo menos, não abertamente, isso não lhe trouxe “muitos embaraços” na sociedade da época, lembrando que Barroso, nesse período, já era um intelectual respeitado, fazendo parte da Academia Brasileira de Letras, sendo eleito como presidente no ano em que passa a fazer parte do integralismo (1932). Na realidade, como relata Araújo, o livro *Brasil Colônia de Banqueiros* esgotou sua primeira edição de 10.000 exemplares em dois anos.

O antissemitismo foi tema recorrente nos anos 30, principalmente com o advento do nazismo, e Gustavo Barroso pode ser considerado um dos principais propagandistas dessa ideia no Brasil, mas, devemos lembrar que Barroso não estava isolado, muitos aderiram a essa ideia em todo o mundo. Na realidade foi apenas mais uma forma de luta contra o liberalismo, baseado em seu pensamento autoritário, que pretende encontrar as causas de uma sociedade “degenerada”.

Sendo grande parte da pesquisa realizada sobre Gustavo Barros relacionada ao integralismo e antissemitismo, pouco se sabe sobre seus feitos anteriores e por esse motivo se especulava a formação de sua visão antissemita, que parece tão distante da realidade brasileira.

Para Carneiro, o antissemitismo de Barroso pode ser identificado a partir de três fatos: por ser filho de uma alemã; sua familiaridade com os escritos antissemitas como *Os Protocolos dos Sábios de Sião* e *Judeu Internacional* de Henry Ford; e as correspondências mantidas, entre Gustavo Barroso e os partidos fascistas, dos quais recebia constantemente propagandas antissemitas (CARNEIRO, 1988, p. 356).

Pode ser bem provável que esses fatores auxiliaram a formação do pensamento de Barroso, sendo incontestável a utilização dos Protocolos dos Sábios de Sião em seus escritos, mas, como vimos, a visão de Barroso foi se construído no decorrer de sua carreira, demonstrando desde cedo sua visão autoritária e conservadora. Seu antissemitismo foi inerente a sua visão autoritária juntamente com a eugenia que pregava para a formação da sociedade.

O citado livro: *Os Protocolos dos Sábios de Sião* foi de grande importância para a constituição de seu ideário. Livro este que será traduzido pelo mesmo para o português em 1936. Para Gustavo Barroso, não havia dúvidas sobre a veracidade desse escrito. Na introdução, que fez na versão em português do livro, dentre tantas “provas”, cita a seguinte:

Os judeus negam de pés juntos a autenticidade dos **Protocolos**. Entretanto, nos seus jornais e revistas, escritos ou não nas emaranhadas letras que usam, órgãos que, geralmente, circulam na intimidade do *Povo Eleito*, e não são, lidos pelos cristãos, manifestam-se de outra maneira. Tomemos, por exemplo, o **American Hebrew**, de 30 de novembro de 1934. À página 58, encontramos um editorial sobre o processo de Berna e nele este pedacinho de ouro:

“A questão de autenticidade desses pretensos **Protocolos** é de mínima importância e só pode interessar aos historiadores. Porque, mesmo se a autenticidade desse documento se provasse, que *significaria isso? Simplesmente que um grupo de homens deseja conquistar o mundo; mas qual povo que não teve esse sonho em certa época de sua história? Pois bem admitimos que alguns chefes de Israel tenham tido essa idéia. Por que não?*” (BARROSO, 1991, p. 67, grifo do autor).

Os Protocolos dos Sábios de Sião é um documento que se acredita ter sido escrito no período que imperava o czar Nicolau II, no final do século XIX, onde descreve-se um suposto projeto de conspiração para a tomada do poder mundial pelos judeus. Esse texto teria sido redigido por alguém que esteve presente, na assembléia realizada em Basileia, de portas fechadas, no ano de 1807, onde, um grupo de judeus e

maçons estruturou um esquema de dominação mundial. Nesta data, teriam sido formuladas ideias de controlar o ouro e pedras preciosas, criar uma moeda que estivesse sob seu controle, e, principalmente, criar o caos e pânico para que os países instituíssem uma organização acima do governo para que pudessem interferir sem questionamentos²⁶.

Em determinado trecho do escrito, pode-se verificar essa “intenção” de dominação mundial através de preceitos pregados pela sociedade moderna:

Todavia, no mundo, as palavras Liberdade, Igualdade, Fraternidade puseram em nossas fileiras, por intermédio de nossos agentes cegos, legiões inteiras de homens que arvoraram com entusiasmo nossos estandartes. Contudo, tais palavras eram os vermes que roíam a prosperidade dos não-judeus, destruindo por toda a parte a paz, a tranqüilidade, a solidariedade, minando todos os alicerces de seus Estados. Vereis pelo que se segue como isso serviu ao nosso triunfo; isso nos deu, entre outras cousas, a possibilidade de obter o triunfo mais importante, isto é, a abolição dos privilégios, a própria essência da aristocracia dos cristãos, o único meio de defesa que tinham contra nós os povos e as nações (10).

Sobre as ruínas da aristocracia natural e hereditária, elevamos nossa aristocracia da inteligência e das finanças. Tomamos por critério dessa nova aristocracia a riqueza, que depende de nós, e a ciência, que é dirigida por nossos sábios (BARROSO, 1991, p. 77).

Podemos averiguar que sua visão antissemita baseada no texto dos Protocolos, na realidade vai de encontro com a constituição de seu pensamento autoritário, que negava o liberalismo, assim como o comunismo, e foi reforçado em seus escritos antissemitas, pois, agora, esses ideais, baseados em *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, foram formados por um grupo específico para chegarem ao poder e controlar o mundo, e a ciência e a tecnologia, formulados nesse poder, tem apenas a função de deturpar e controlar a sociedade, como veremos em alguns de seus escritos.

Após seu contato com este escrito, a ideia de conspiração judaica mundial passou a ser recorrente em suas obras, vinculando todos os “males” do mundo a busca do poder pelos judeus, ligada principalmente a política capitalista e comunista, que foram vistas como divisoras entre os homens na sociedade.

²⁶ Ver: COSTA (2009, p. 117- 118).

A utilização dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, por Gustavo Barroso, como base de sua perseguição aos judeus é de grande importância para o entendimento de sua visão antissemita. Os judeus, para Barroso, assim como na ideologia nazista, passaram a ser o símbolo do “mal”, sendo dever da sociedade lutar contra sua “dominação”. Em seus discursos se utilizou fortemente da ideia maniqueísta, sendo o “mal” representado pelos judeus e o “bem” pelas políticas fascistas, mostrando a salvação em uma nova ideologia, que mostraria a “verdade” para a sociedade, baseado na moral.

Em 1934, seu livro *Brasil Colônia de Banqueiros*, em um momento em que já fazia parte do movimento integralista, passou a enfatizar fortemente sua visão antissemita e sua proximidade com os escritos de ideologia nazista. Neste livro, Barroso, denuncia a passagem do Brasil de colônia portuguesa para colônia semita através da “casa bancária judaica Rotschild”. Para Gustavo, nos transformamos em “... colônia do super-capitalismo internacional, que não tem pátria e como que obedece as leis secretas de aniquilismo de todos os povos...” (BARROSO, 1989, p. 23).

Verifica-se neste livro a forte influência dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, onde, além de defender novamente sua veracidade²⁷, utiliza-se da ideia constante de conspiração judaica.

Seu intuito foi de “alertar” o povo brasileiro sobre a manipulação de nossa sociedade através de banco de judeus, ao qual passamos a nos sujeitar, por meio dos empréstimos realizados e da não quitação desta dívida motivada pela cobrança de juros abusivos. Neste escrito considerou como judeus e capitalismo, que será reiterado em suas obras de caráter político:

Tivemos, antigamente, o imperialismo militar, das nações fortes, que reduziam países livres a condições de escravidão. Em seguida, tivemos o imperialismo das nações econômicas, que conquistavam mercados para seus produtos. Foi dentro desse imperialismo complexo; dentro da luta econômica de povos contra povos que germinou um novo imperialismo, inimigo de todos os povos. É que o capitalismo, na sua obra de infiltração internacional, desnacionalizou-se; perdeu a idéia da pátria, tornando-se um destruidor de todas as pátrias (semitismo) (BARROSO, 1989, p. 24, grifo do autor).

²⁷ Ver: BARROSO (1989, p.24).

A luta contra o liberalismo que era encontrado nos discursos integralistas, assim como no de Barroso, está associada a uma visão autoritária, tanto dele, quanto dos demais pensadores da AIB. Como verificamos o pensamento autoritário também pregava uma visão negativa do liberalismo. O antissemitismo de Barroso será fundado na ideia antiliberal que já se encontrava em seus escritos. Segundo Carneiro, o seu antissemitismo:

[...] era evidentemente político, visto que o judeu era apresentado como agindo sempre politicamente e permanentemente através de um plano pré-elaborado. O judeu não é odiado por Gustavo Barroso simplesmente pela sua raça ou religião, mas pela sua força política e pelo seu “poder de dominar”, seja secretamente através da maçonaria, ou abertamente, através da imprensa política (CARNEIRO, 1988, p. 355).

Devemos lembrar que nesse período, “raça” está vinculada a uma questão política, não havendo como desvencilhar. Buscava-se uma identidade brasileira baseados nos preceitos de “raça”, onde deveria se construir um povo “verdadeiramente brasileiro”, baseados, como vimos, em preceitos eugênicos, que para Barroso eram fundamentais, lembrando que não demonstrou anteriormente a aceitação da miscigenação, exaltando as “qualidades brancas”, denegrindo as demais.

Acreditamos que seu antissemitismo teve grande proximidade com a política nazista, talvez tanto pela utilização dos *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, quanto à própria proximidade com o nazismo nesse período. Isso nos faz repensar sobre a sua visão eugênica anterior, assim como sua visão autoritária. Se analisarmos, na realidade, ao contrário do que normalmente se pensa sobre Gustavo Barroso, ele apenas encontrou uma ideologia que pregava grande parte dos ideais que acreditava. É contraditório acreditar que Gustavo Barroso apenas desenvolveu uma visão extremista e preconceituosa dentro do integralismo. O antissemitismo foi apenas um reflexo dos ideais eugênicos e autoritários que adotava anteriormente.

O livro *O Quarto Império*, já de 1935, que reforça sua visão antissemita, alega que todas as guerras e desastres mundiais seriam vinculados aos judeus, os quais seriam intensificados com o advento do liberalismo.

Esse livro, em especial, tem forte ligação com um dos livros de Plínio Salgado, *A Quarta Humanidade*, de 1934, que, segundo Trindade (1979), estabelece as linhas fundamentais da evolução da humanidade através dos tempos. Gustavo Barroso define o contexto histórico dessa evolução.

O livro é dividido em quatro capítulos, correspondendo a quatro períodos ocorridos, na visão de Barroso, na história mundial. Ele descreve o surgimento das primeiras civilizações e os acontecimentos que levaram a várias mudanças na sociedade.

Neste livro devemos destacar sua visão poligenista sobre o surgimento da humanidade, que mostra a influencia da sua visão eugenista. Segundo Maio (1992), na visão poligenista de Barroso, a origem da humanidade decorreu de quatro raças em regiões distintas, onde, após lutarem entre elas, a raça branca saiu vitoriosa, enfatizando a superioridade da raça branca principalmente relacionada às qualidades morais.

Em seu primeiro capítulo, denominado de *O Império do Carneiro*, descreve que a sociedade era fundamentada nos preceitos morais religiosos, sendo o seu fundador *Ram* ou *Rama*²⁸. Segundo Barroso, *Ram* foi o “... o mais perfeito modelo da humanidade...” (BARROSO, 1935a, p. 23). Nesta sociedade a religião era a principal autoridade, donde, “... O sacerdócio formava uma teocracia intelectual encarregada da direção científica e moral da sociedade. Abaixo da autoridade religiosa, a autoridade política, civil e militar, exercida pelo imperador, a que estavam sujeitos os Reis...” (BARROSO, 1935a, p. 40). Araújo (1979) fez a análise deste livro, e verificou a exaltação do povo branco:

Os brancos terão como símbolo o carneiro, áries, sendo por isso chamados de arianos e irão formar o primeiro e maior império que o mundo já conheceu, o Império do Carneiro baseado exatamente em sua característica mais evidente, o espiritualismo. Entretanto, para a formação desse império, foi necessário que aparecesse entre os Celtas “um homem providencial”, pois a civilização... avança pelos homens superiores, não pelas massas (ARAÚJO, 1979, p.5, grifo nosso).

²⁸ Personagem principal da epopéia religiosa indiana, *O Ramáiana*, escrito supostamente pelo poeta Valmiqui, mas, não se há certeza sobre sua autoria. (Introdução de Paulo Matos Paixoto do livro *O Ramáiana*, supostamente do poeta Valmiqui, editora Paumape, 1993).

Além de ficar clara a ideia de superioridade branca, que vai de encontro com sua visão eugênica, pois, o trecho que destacamos, mostra a ideia de que a sociedade precisa de alguém para guiá-la, que não há civilidade sem liderança.

Também devemos destacar sua visão sobre ciência e tecnologia, que, na visão barrosiana só são válidas e reais quando ligadas a um governo com bases morais, nesse caso, ligado à religião, não ao capital. Seu discurso está ligado a uma visão de moralidade, contra o racionalismo liberal.

Esse império perfeito, para Barroso, sucumbiu após trinta e dois séculos, antes de Cristo. A luta pela sucessão entre dois irmãos: *Tarákhya*, o mais velho, e *Irshú*, trouxeram o seu fim. O irmão mais novo, para alcançar seu objetivo, "... revoltou-se contra o dogma que fazia de Deus um principio masculino e punha, em consequência, no Estado Social, o Homem antes da Mulher, dando ao Pai predominância sobre a Mãe..." (BARROSO, 1935a, p. 43).

Essa divisão, para Barroso, é a causa da separação entre a sabedoria (masculino) e amor (feminino). Os homens, que passam a seguir suas paixões, não foram mais capazes de compreender a totalidade, pois, baseando-se na razão:

[...] nunca poderá encontrar sózinha uma Causa ou um Principio Universais, se a Inteligencia os não indicar. Ora, como poderia a Inteligencia fazer isso, se, no ápice do teu novo Culto e Universidade, pões o Amor antes da Sabedoria, a Alma antes do Espírito, a Esposa antes do Esposo, a Natureza Celeste antes de Deus. [...] não serão mais possíveis nenhuma hierarquia inteligível e nenhum governo inteligente. Tudo o que fôr elevado se rebaixará na mediocridade comum, toda dignidade impessoal se afundará no personalismo e no materialismo governamentais (BARROSO, 1935a, p. 50).

Esse acontecimento acarretou no surgimento da Babilônia e conseqüentemente, dos judeus, que segundo Gustavo Barroso, passaram a degenerar a humanidade e a afastá-la da religiosidade. A partir do momento que o homem se afastou da religião, para Gustavo:

Na ciência como na vida, o Deus Social Terreno, a Antiga Sintese Unitaria, será despedaçada e logo, fatalmente, se seguirá espantosa desordem no dominio dos fatos. Profundamente desiguais em inteligencia e vontade, a maioria dos homens desconhecerá as verdades que não poderá alcançar e que terá posto á mercê da opinião e das paixões públicas [...] A vontade arbitraria dos

primeiros dividir-se-á continuamente contra ela propria. O instinto original e selvagem do homem primitivo reaparecerá toalmente nos segundos. E uns conduzirão os outros á perdição, destruindo a Ordem Social e Intelectual que os mantem em paz, e devorando-se em vão sobre suas ruínas, na incessante competição do Poder Impotente sem Autoridade Moral para o iluminar... (BARROSO, 1935a, p. 48,49).

A ambição dos homens, segundo Barroso, fez com que Deus fosse deixado de lado, provocando e surgimento de um novo Império, *O Império da Loba*, tema do segundo capítulo de seu livro. Neste tema, Barroso descreve Roma como a capital desse Império, sem base moral e religiosa, denominando-a como a nova Babilônia: "... A luxuria, a magia negra, a gula, os vicios e riquezas da Asia e da Africa, a sutileza filosofica da decadência grega e as organizações secretas dos judeus parasitarios haviam invadido a nova Babilônia..." (BARROSO, 1935a, p. 70).

Esta visão de luta entre espiritualismo e materialismo, verificado principalmente nos discursos do líder integralista, Plínio Salgado, será também uma das bases do discurso barrosiano. "... O confronto permanente entre bem e mal explica-se, segundo Salgado, pela oposição entre duas concepções de vida e de finalidade: o materialismo e o espiritualismo..." (TRINDADE, 1979, p. 202).

O livro *O Quarto Império*, como um todo, demonstra a luta entre a moral e o material, os cristãos contra os judeus, sendo a modernidade e a ciência formas de desvirtuar o homem do divino. No império da Loba, com o surgimento do cristianismo e do feudalismo, a luta entre a moral e o material teria sido intensificada. Para Barroso inclusive o islamismo foi criado pelos judeus para acabarem com o cristianismo através de infiltrações de ideias "judaico-árabes", ligadas a disseminação da ciência, pondo fim a Idade Média.

O arabismo apresentou-se como um sistema científico com a finalidade de matar o sistema religioso. Baseou-se na teoria da absorpção e da emanação. Disfarçado no arabe, o judeu trocou o Deus que morava por trás do véu do Templo por uma Inteligencia Infinita espalhada no Cósmos[...] (BARROSO, 1935a, p. 85).

A Revolução Francesa, o liberalismo e o comunismo, foram todas formas encontradas por judeus, segundo Barroso, para aniquilar o cristianismo. Para Barroso, o capitalismo fez com que o comércio, indústrias e os veículos de comunicação, ficassem nas mãos de poucos, influenciando toda a sociedade. Gustavo afirma que mesmo a Primeira Guerra Mundial, teve interesse judaico, para a obtenção de lucros através da fabricação de armas. “... No dia da grande prestações de contas, êsse crime custará muito caro á Europa infeudada aos fabricantes e traficantes de armamento...” (BARROSO, 1935a, p. 153).

O discurso de Barroso mostra que se delega aos judeus o controle mundial. Baseado nos Protocolos, esse argumento foi utilizado para persegui-los. A visão eugenista está relacionada a essa perseguição, baseado num discurso de “não adequação” dos judeus. No capítulo que denomina de *A Raça Superior* do livro *A Palavra e o Pensamento Integralista* não só transfere a culpa do racismo para os judeus, como se utiliza de uma denominação usada pelos próprios nazistas, o de *raça superior*. Para Barroso “... Os judeus consideram-se uma raça superior, destinada por Deus, segundo dizem os livros santos, a devorar os outros povos. Todos serão seus escravos e Israel reinará sobrê as nações curvadas diante do seu Bezerro de Ouro...” (BARROSO, 1935b, p. 81). Esse discurso se baseia na ideia de “povo eleito” utilizado por alguns judeus, fortemente aproveitado para a legitimação da perseguição do povo semita.

Para Gustavo Barroso, a técnica, a ciência a modernidade em geral, foram apenas meios para um determinado grupo de pessoas, os judeus, obterem lucro e poder mundial. No *Império do Capricórnio*, o Império onde os judeus obtêm maior poder, principalmente após o surgimento do liberalismo:

[...] o Homem desceu ao desprezo completo da Imortalidade, para se contentar com a criação na Terra duma existencia cheia de alegrias. O aperfeiçoamento da técnica e a regulamentação perfeita da produção e do consumo são os meios mais capazes de levar o Homem a êsse novo paraíso. Toda a confusão assoprada pelo nemrodismo judaico vem produzir êste resultado fatal: o Imperio Economico manejado por algumas mãos... (BARROSO, 1935a, p. 138).

Para Barroso, a técnica, a ciência, a filosofia e os novos preceitos políticos da modernidade, foram formas encontradas pelos judeus para controlarem a população. “... A máquina, de serva do homem, se tornou sua senhora, reduzindo às mais tristes condições a mercadoria-trabalho...” (BARROSO, 1935a, p. 150). Ele afirma que, o materialismo burguês está ligado, ao ateísmo, e esse “mal”, só poderia acabar com o aparecimento de outro regime, este com regras morais, o Integralismo, o “Império do Cordeiro”. O conhecimento, no futuro Império do Carneiro, estaria ligado ao divino, sendo algo revelado por Deus:

Seu fundador não via somente o mundo da substancia, porque conhecia o da essencia das cousas. A essencia do Estado, para êle, não era o poder do homem pervertido pela ambição pessoal ou pelas falsas categorias mentais, nem somente o poder da razão expresso na lei, mas o da razão, resultando da observação das realidades e norteadas pela inspiração superior do Espirito unido a Deus (BARROSO, 1935a, p. 39).

O que podemos destacar, ao verificarmos essa obra de Gustavo Barroso, é o de que, além de reafirmar sua visão antissemita, como de costume, enfatiza a importância do cristianismo, sendo este detentor da verdadeira sabedoria e da moral social. Essa visão se difere da ideologia nazista, pois, estes não tinham nenhum vínculo com o cristianismo. Acredito que, além da sua proximidade com o integralismo, como já dito, que empregava fortes princípios cristãos, isso se deve a sua própria simpatia com *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, onde mostra a “intenção” dos judeus de acabarem com o cristianismo.

Em seu livro, *A Palavra e o Pensamento Integralista*, também de 1935, Barroso reiterou grande parte do discurso empregado no *Quarto Império*. Utiliza-se fortemente do nacionalismo em recusa ao comunismo: “... Essa é nossa bandeira pela qual morreremos, se preciso, pela qual morrerão nossos filhos e nossos netos. As bandeiras vermelhas não são e nunca foram e jamais serão nossas...” (BARROSO, 1935b, p. 31).

Além de pregar o nacionalismo, o antissemitismo, neste livro Barroso utilizou-se de um aparato que foi amplamente empregado pelos nazistas: o discurso invertido.

Segundo Barroso, os judeus dominaram a França, onde as imprensas, escolas superiores, tribunais, os advogados e políticos, estavam todos ligados ao judaísmo. “...

A infiltração judaica na pobre França é contínua e formidável... Os judeus conseguem em França, aliás como no Brasil, sem menor dificuldade, todos os direitos de cidadania...” (BARROSO, 1935b, p. 83). E ainda diz: “... Diante dessas revelações sensacionais, creio que toda a gente compreenderá que o chanceler Hitler tomasse algumas medidas contra a Raça Superior, afim de não acontecer a Alemanha o que aí se diz ter acontecido na França...” (BARROSO, 1935b, p. 87).

Este discurso, onde legitima as ações das políticas fascistas, para se “prevenirem” contra o “mal judaico”, este sim, para Barroso, racista, foi sintetizado em uma frase no final de seu livro, onde descreveu o seguinte pensamento: “... O Integralismo é nacionalista, porém seu nacionalismo não é xenofobia e sim justo predomínio dos interesses nacionais sem repulsa da natural interferência do resto do mundo em certas manifestações da vida nacional...” (BARROSO, 1935b, p. 200).

Para Barroso, segundo Maio, “... os judeus deveriam ser eliminados, por não quererem abandonar sua condição racial em benefício de um projeto cristão totalitário...” (MAIO, 1992, p. 137). Ao colocar a “culpa” nos judeus, retornando a ideia de racismo e conseqüentemente não se enquadrarem nos preceitos integralistas, Barroso acredita que a única maneira de acabar com esse “mal” era através de sua eliminação, mostrando-se fortemente próximo aos ideais nazistas radicais, mas, diferindo em um sentido: para Maio, os ideais nazistas tem caráter racial, onde a condição semita seria genética, não podendo ser mudada, já os de Barroso:

Seu modelo de revolução estaria centrado em conteúdos ideológicos e políticos, e não raciais. É um modelo baseado na fé e nas instituições, que são passíveis de serem alteradas. A revolução espiritual, que criara o homem novo, também seria base para a fundação de novas instituições. Só que os judeus, ao recusarem o convite à diluição sugerida pela totalização absoluta barrosiana, impediriam a realização da mesma, impondo, assim, a necessidade da eufemística “solução final” (MAIO, 1992, p. 138).

Ao contrário de Maio, acreditamos que Gustavo Barroso baseava seus discursos em um conteúdo racial, pois por mais que utilizasse a ideia integralista de “unificação de raças”, logicamente baseados na ideologia de branqueamento, devemos lembrar que Gustavo Barroso não acreditava, quando escreveu sobre a eugenia, na

“mistura” na miscigenação, acreditava nos preceitos morais “brancos”, numa “raça superior”.

Essa inversão do discurso, onde seus interesses e preceitos passam a fazer parte do “inimigo”, está vinculado às ideias verificadas na construção do mito. Barroso ao impor a ideia do racismo ligado aos judeus transfere ao outro suas características, ocultando sua real intenção, construindo assim, um novo imaginário sobre o povo judeu.

Cruz (2004) relata que para Cytrynowicz:

Três elementos-chave aproximam o pensamento integralista barrosiano do anti-semitismo nazista: a ideia de que a história é uma permanente luta contra os judeus e contra o complô judaico; a ideia de que este combate é sagrado, localizando-se em uma esfera superior a dos homens, pois como os judeus são identificados com o anticristo e através de categorias anti-históricas – como “raça”, por exemplo -, o combate se daria no plano cósmico e natural, e não no plano histórico; a história teria um fim teleológico, com a vitória da raça ariana ou do integralismo (CRUZ, 2004, p. 210).

O que devemos destacar é a visão antissemita de Barroso, por mais próxima ao nazismo que pareça, contrariando grande parte dos integralistas, como o próprio Plínio Salgado, na realidade foi a formação de um pensamento que já vinha construindo anteriormente, ligado a eugenia. Sendo o nazismo, uma das políticas em que a eugenia teve grande destaque, e utilizada com maior radicalismo.

Seu discurso antissemita era muito próximo ao proferido por “modernistas reacionários”, destacado no início desse capítulo. Sua visão antiliberal estava relacionada ao seu antissemitismo. Assim como os “modernistas reacionários”, Barroso passou a enxergar os judeus como a personificação do capitalismo e de todas suas manifestações mais nefastas.

No terceiro Reich, Herf (1993) nos mostra que a visão construída pelos nazistas referente à tecnologia e a ciência, anterior a tomada de poder, teve influência de diversos pensadores na formação de uma visão que pesava pela modernidade, mas negava o liberalismo, este último atribuído aos judeus, formando um pensamento dicotômico entre nazistas: sangue, e judeus: dinheiro, “... Em vez de atacar as máquinas ou os capitalistas, os anti-semitas sonhavam com um mundo sem judeus...”

(HERF, 1993, p. 152). Essa visão, como já verificada, se aproxima fortemente dos discursos de Barroso, principalmente referente ao antissemitismo. Na formação do pensamento “modernista reacionário”, assim como o de Barroso, o capitalismo moderno está vinculado aos judeus²⁹. Nessa lógica o progresso técnico e científico era uma forma de “luta” contrária ao racionalismo semita: “... O anti-semitismo moderno traduzia em termos biológicos a revolta contra o fetichismo das mercadorias” (HERF, 1993, p. 151).

A tecnologia e a ciência passaram a ser vistas como forma de luta contra a lógica capitalista, onde, na visão dos modernistas reacionários, era utilizada ao interesse de uma minoria – judeus- que detinham o poder econômico, e deveria ser controlada e utilizada em favor de “todos”, ou seja, pelo Estado, que detinha todo o poder em sua formação totalitária.

Assim como a formação de um pensamento modernista reacionário foi sendo modificado e “readequado” de acordo com os interesses e perspectivas políticas, Gustavo Barroso ao longo de sua trajetória fez o mesmo. Sua visão foi sendo moldada e principalmente, seus argumentos foram “construídos” de acordo com seus interesses. Por esse motivo, em sua lógica, não há divergência nenhuma em criticar a modernidade capitalista, mas utilizar dela como aparato de legitimidade e contra argumento à mesma, pois, por mais contraditório que pareça, ao perseguir grupos específicos, políticas liberais e a própria ciência e tecnologia, estava baseado em preceitos modernos surgidos em seu período, buscando uma nova sociedade, uma sociedade utópica.

Os discursos de Barroso, na realidade nos mostram a busca por uma sociedade orgânica, hierarquizada, organizada “sem classes sociais”, baseados em preceitos eugênicos como argumento, podendo até “expurgar” alguns grupos, onde, através dessas justificativas, o poder estaria nas mãos de “escolhidos” que saberiam como levar a “massa” para o progresso da civilização.

²⁹ Herf (1993) destaca no capítulo 6 o pensamento do socialista Alemão Werner Sombart em seu livro *Die Juden das Wirtschaftsleben* (Os Judeus e a Vida Econômica) como um dos colaboradores da visão modernista reacionária traduzida em “arquétipos raciais”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas transformações ocorridas no mundo e principalmente no Brasil propiciaram o surgimento de pensamentos mais conservadores ligados a uma elite intelectual e política, que passaram a buscar um novo pensamento nacionalista, bem como uma nação “genuinamente” brasileira.

Como vimos, Gustavo Barroso estava inserido em meio a esses pensamentos que borbulhavam em nossa sociedade, influenciado, principalmente, pelo conservadorismo de diversas vertentes, especialmente a francesa, que denotava em alguns casos, a questão racial como fundamental para a formação de uma sociedade soberana.

Acreditamos que esse contato trouxe reflexos para a formação de sua visão autoritária, eugenista e posteriormente integralista.

Devemos nos ater ao fato de que grande parte dos intelectuais proferiam pensamentos próximos ao de Barroso, e principalmente, que ele foi um homem de seu tempo, inserido em uma sociedade, falando de um lugar: o da elite.

Ao lermos seus textos onde fala abertamente sobre a eugenia como forma de aprimoramento da sociedade, e posteriormente, encabeçando uma luta antissemita, nos mostra como os discursos e a apropriação de conhecimento foram politicamente autoritários e excludentes, mas, principalmente, como a ciência não é neutra. Ela foi, como no caso de Barroso, e é utilizada como legitimação para fortalecer uma classe, através de discursos que enfatizam um “bem maior”. No pensamento de Gustavo Barroso, a ciência, a tecnologia, e o antissemitismo imbricaram-se, em uma estratégia política autoritária de justificativa de dominação racial e social. Isso ficou evidenciado na formulação de sua proposta de restrição de imigrantes que ficou conhecida como lei dos “indesejáveis”.

Esses discursos de “unidade” dentro da lógica corporativista foram muito importantes para a manipulação da nação e do conflito de classes. Está dentro da lógica de extrema direita, onde acredita-se numa “engenharia social”, numa nova formação da nação.

A visão de Barroso está intimamente ligada as visões mais modernas de seu período, ao contrário do que normalmente se acredita, bem como de outros pensadores, até mesmo o integralismo. Devemos lembrar que tanto os pensamentos conservadores contrários ao liberalismo, assim como, as políticas de extrema direita, foram formuladas dentro do “período de modernidade”. O século XIX e início do XX foi uma ebulição das mais diversas ideias que eram debatidas frequentemente, na espera de se formar uma “sociedade melhor”.

Não à toa surgem as “utopias modernas”, e não podemos negar que a visão de Barroso também foi uma utopia, conservadora e autoritária, mas uma utopia. Tentou, dentro de seus preceitos nacionalistas, raciais e eugênicos, formular uma sociedade “perfeita”, onde negros, judeus, ciganos etc., não fariam parte.

Parece-nos que existe um grande dualismo entre o pensamento conservador e a modernidade, mas, na realidade, estão inseridos em um mesmo tempo e espaço. Quando Gustavo Barroso nega o “moderno”, ele nega alguns preceitos do que se entende por “moderno”, mas, utiliza como vimos, diversos aparatos científicos do período para legitimar sua visão, como a eugenia, se aproximando do “modernismo reacionário”.

Este trabalho teve como proposta responder a problemática: Quais as representações de ciência e tecnologia presentes nos discursos de Gustavo Barroso, no período entre 1909 e 1935? Como vimos, ao longo da pesquisa, as nossas descobertas acabaram nos levando para outros caminhos, onde acabamos destacando sua visão eugênica, ligado a um determinismo científico e biológico.

Também ficaram outras questões a serem respondidas, como: Gustavo Barroso teve ligação posteriormente com a formulação das leis de imigração no período getulista? Qual o nível de proximidade entre ele e Renato Kehl ?

O que vemos é que ainda há muito a ser pesquisado sobre esse intelectual, havendo fontes abrangentes para que isso ocorra. Aqui, apresentamos um pequeno pedaço da enorme colcha de retalhos que ainda deverá ser juntada sobre a história desse intelectual tão peculiar.

O que podemos afirmar com certeza é que discursos autoritários, como os elaborados por Gustavo Barroso, ainda estão em meio à sociedade ativamente. Os

últimos acontecimentos em nossa história relacionados a uma política mais conservadora que defende retrocessos em alguns aspectos referente às minorias através de discursos imbuídos de xenofobia, homofobia e misoginia, tem mostrado a força do pensamento reacionário que se mostra mais vivo do que nunca. Como cita Fausto: “... temos boas razões para não gostar dos nacionalistas autoritários, mas, em vários aspectos, não podemos considerá-los como simples relíquias do passado...” (FAUSTO, 2001, p. 73).

Infelizmente o início do século XXI não parece tão distante e diferente do início do século XX...

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Os Mercadores do Mal**: os judeus na obra de Gustavo Barroso. Documento de trabalho, CPDOC/FGV, 1979.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco: **Dicionário de política I**. Brasília: Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

BEIRED, José Luis Bendicho. Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

CARNEIRO, Maria L. T., **O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Sousa, **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. 1º ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Sousa; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914**: No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. **Maçonaria e Antimaçonaria**: Uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

Disponível em: < <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Luiz-Mario-Ferreira-Costa.pdf>> Acesso em: abril de 2013.

CRUZ, Natalia dos Reis. **O Integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio.** 2004. 302 f. Tese (Doutorado em História Política) Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2004_CRUZ_Natalia_dos_Reis-S.pdf > Acesso em: abril de 2013.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Revista Brasileira de História:** Caldeira, João Ricardo Castro. Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão. Vol. 21 nº. 40, São Paulo, 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100015> Acesso em: abril de 2013.

DICKSON, D. **Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico.** Madrid: Blume Ediciones, 1980.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura:** uma história da eugenia no Brasil e no Mundo. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: USP, 2006.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOODRICK-CLARKE, Nicolas. **Sol Negro:** Cultos Arianos, Nazismo Esotérico e a Política da Identidade. São Paulo: Madras, 2004.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus 1870-1915.** São Paulo: Livraria da Faísca, 2008.

HERF, Jeffrey. **O Modernismo Reacionário**: Tecnologia, cultura e política na república de Weimar e no 3º Reich. São Paulo: Ensaio, 1993.

HOBBSAWM, Erick J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1994-1991. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOBBSAWM, Erick J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**: história de uma ideologia. 3º ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1976.

LENHARO, Alcir. **Nazismo “O triunfo da vontade”**. São Paulo: Ática, 1986.

LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. **Barbadianos Negros e Estrangeiros**: Trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX. 2013. 244f. Tese. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1369.pdf>> Acesso em junho de 2014.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trotsky**: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938) in DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil republicano, livro 2**: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro : Record, 2008.

MENEZES, Lená Medeiros. **Os indesejáveis**: Desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **No norte da saudade**: Esquecimento e Memória em Gustavo Barroso. 2006. 301 f. Tese (Doutorado em História Social), Departamento

de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/17/TDE-2006-05-24T11:55:59Z-2202/Publico/Tese%20Afonsina%20Maria%20Augusto%20Moreira.pdf> Acesso em: abril de 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água. 1992.

PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PRIOR, Tamara. Contra a decadência: o mito da virtude eugênica. **Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades**. – São Paulo : USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013. p. 85-98.

QUELUZ, Gilson Leandro. Representações de eugenia no pensamento anarquista brasileiro. **Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades**. – São Paulo : USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013. p. 133-156.

SANTOS, Ricardo Augusto. Os intelectuais e a eugenia. In: **1º Seminário Nacional Sociologia e Política Pública UFPR**. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT6%20online/Eixol/intelectuais-eugenia-RicardoSantos.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Rogério Souza. **A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê!**. Revista Brasileira de História, 2005, vol.25, n.50, pp. 61-95. ISSN 1806-9347. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-1882005000200004&script=sci_abstract . Acesso em; abril de 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getulio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 216 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. 20º ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TRINDADE, Helgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

VALMIQUI. **O Ramáiana**. São Paulo: Paumape, 1993.

7. FONTES PRIMÁRIAS

7.1. LIVROS DE GUSTAVO BARROSO

BARROSO, Gustavo. **A palavra e o Pensamento Integralista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1935b.

BARROSO, Gustavo. **Aquém da Atlântida**. São Paulo: Nacional, 1931.

BARROSO, Gustavo. **Brasil Colônia de Banqueiros**. 3ª ed. Porto Alegre: Revisão. 1989.

BARROSO, Gustavo. **O quarto Império**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1935a.

BARROSO, Gustavo. **O Integralismo de Norte a Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, Gustavo. **Intelligencia das Coisas**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923.

PROTOCOLOS dos Sábios de Sião. Tradução de Gustavo Barroso. 5ª ed. Porto Alegre: Revisão, 1991.

7.2. ARTIGOS DE GUSTAVO BARROSO (ACERVO MHN)

BARROSO, Gustavo. *A Derrocada*, 1909.

BARROSO, Gustavo. **Desembarque dos mendigos e estropiados**. *A Época* de 12 de junho de 1916.

BARROSO, Gustavo. **Lições de Eugenia**. *A Ordem*, 4 de setembro de 1929.

BARROSO, Gustavo. **Diário Oficial**. 21 de Setembro de 1916.

BARROSO, Gustavo. **Ganhar Dinheiro**. *Fon-Fon*, em 16 de Setembro de 1916.

BARROSO, Gustavo. **Tal e Qual!** *Fon-Fon*, 14 de Outubro de 1916.

Como senhor Gustavo Barroso justifica seu projeto. *A Rua*, 23 de Setembro 1916.

Diário Oficial: 16 de setembro de 1916.

O Brasil Asylo de invalidos: Uma entrevista com o autor do projecto contra os indesejáveis Declaração do Deputado Gustavo Barroso. *Jornal do Comércio*, 29 de Setembro de 1916.

Projeto contras os indesejaveis. *O Malho*, de 30 de Setembro de 1916.